Subsídio para a História do Departamento do Alto-Puruz

SOARES BULCÃO

NOTA PRELIMINAR

Nos anos de 1915 a 1918, estando eu em Sena-Madureira, como "Encarregado do Primeiro Posto Fiscal do Alto-Puruz", e sendo prefeito do departamento esse varão de Plutarco que era o Dr. Samuel Barreira, fui incumbido por ele de escrever uma história do Alto-Puruz. Entendia esse nobre espírito e excelente amigo, na sua excessiva magnanimidade, que eu seria capaz de tal tarefa, e, por mais que eu me escusasse de aceitá-la, não me foi possivel convencê-lo. Fiquei com o árduo encargo, na convicção, aliás, da minha incapacidade para cometimento tamanho. Aceitei-o com relutância, pus mãos à obra com ânimo de satisfazê-lo, e fí-la em parte, com imparcialidade e justiça; mas, tendo chegado ao início do seu primeiro governo prefeitural, quando me seria mais facil e agradavel falar da benemerência da sua profícua e exemplar administração, estando ele, pela segunda vez, no alto cargo de prefeito, tive certo escrúpulo de tecer-lhe, de corpo presente, em documento de tanta responsabilidade, o ditirambo que, incontestavelmente e merecidamente, lhe devia. Ele, com aquele senso de equidade e nobre sentimento de justiça, de que deu tantas provas, compreendeu logo o motivo e aceitou o trabalho como estava, mutilado, sem dúvida, na parte mais importante da história do departamento, a da sua conspícua gestão, progressista e moralizadora, com as novas diretrizes imprimidas à administração.

Eis por que, ao envés de uma história do departamento do Alto-Puruz, escreví apenas o esboço que se segue, desvalioso e incompleto para o fim colimado, a que pus o modesto título de *subsídio* e que só agora dou à publicidade, nas páginas históricas da "Revista do Instituto do Ceará", para que não fique de vez no olvido em que caiu por quase um quarto de século.

Em 1918, continuando eu em Sena-Madureira, não já como funcionário, mas na redação da "Gazeta do Purús", onde pontificava o belo espírito jornalístico do Dr. Areal Souto, lembrei-me de publicar, em roda-pé desse semanário, o meu modesto trabalho, como "Subsídio para a História do Departamento do Alto-Puruz", e fí-lo ainda em os números 21 e 22, de 31 de Outubro e 7 de Novembro daquele ano, como lá está, com as notas que eu ia pondo no correr da publicação.

Sobrevieram lutas políticas, que me tomavam todo o tempo em polêmicas memoraveis e artigos de combate (pois naquela terra, onde não havia o direito do voto, a política tomava sempre uma feição de vida e morte): suspendí a publicação do meu ensaio, com grave prejuizo para ele, por que da sua divulgação me vinham novos subsídios, em documentos e informações, para sua maior perfectibilidade.

Com a suspensão, descuidei-me tambem das notas elucidativas com que lhe ilustrava o texto, oportunas no correr da paginação, notas em separado, dispersas, hoje dificeis de ser novamente coligidas e aproveitadas.

Como é facil de compreender, pois, este trabalho, feito há mais de vinte anos e guardado sem mais uma leitura para qualquer retoque ou retificação, deve estar eivado de imperfeições e falhas, incongruências ou anacronismos, que poderiam ser corrigidos com paciência e cuidado.

Eu, porem, não disponho de tempo nem de coragem para revê-lo, e, como penso que na divulgação da história tudo é aproveitavel, até mesmo a tradição oral, sempre deturpada, se não mentirosa, para que se chegue à verdade e à perfeição, resolví, animado tambem por colegas a quem submetí o meu trabalho, publicá-lo, como ora o publico, tal e qual o escreví.

É, de certo, um serviço desvalioso que presto à região acriana, onde viví tantos anos da minha agitada mocidade, onde esperdicei o melhor de minhas energias de lutador indefesso ao lado das boas causas; se outro mérito não tem, terá, ao menos, o de relembrar o meu nome aos meus comtemporâneos de campanhas que por lá ainda moirejam na ingrata labuta da imprensa, e dele algo será aproveitado por quem melhor esteja aparelhado para maior cometimento.

Fort., Abril, 1940.

SOARES BULCÃO

Descobrimento e Exploração

A história do Alto-Puruz, se não tem como a do Alto-Acre a primazia nos lances heróicos que precederam a sua emancipação do jugo estrangeiro, a legenda sangrenta e tormentosa das revoluções em que andou convulsionado, dês que ao nosso governo, numa cega e honrosa obediência à fé dos tratados, aprouve entregá-lo ao domínio boliviano, não lhe faltam tambem motivos de orgulho por este forte anseio de liberdade e progresso que o vem animando no seu tardio, mas constante e já hoje espantoso desenvolvimento.

Se não contra a Bolívia, cuja aproximação o não atormentava, visto que só no Acre estabelecera ela o seu domínio, pagou o Alto-Puruz o seu tributo de sangue e heroismo à causa da liberdade, colaborando, com o seu tributário — o Iaco —, nas campanhas que alí se sucederam, e isoladamente, no segundo semestre do memoravel ano de 1903 e em Março de 1904, repelindo, nas fronteiras do Perú, as investidas de Carlos Scharff, Jorge Barreto e Pedro Lopes Saavedra, caucheiro e comissários daquela república, nas suas pretensõ s invasoras.

Remontando, num rápido olhar retrospectivo, à longa odisseia do seu descobrimento, simultaneamente feito com o dos seus grandes afluentes — o Acre, que hoje constitue circunscrição à parte, e o Iaco, que lhe faz parte integrante, encontramos, no começo de 1861, Manuel Urbano da Encarnação (*), audacioso patrício e temerário explorador do desconhecido, que, em canoas remadas por braços indígenas, numa penosíssima e fecunda viagem de exploração, já descendo o Acre, onde subira há vinte dias, perlustrou-lhe a corrente, aguas acima, alem de Rixala, alcançando as proximidades da foz do Curumaá, hoje Curanja, cerca de 2.800 quilômetros da sua com o Solimões.

Seguiu-se-lhe a expedição de William Chandless, da qual fazia parte o mesmo Manuel Urbano, de 1864 a 1867,

---

(*) Manuel Urbano da Encarnação foi o fundador de Canutama, onde residia Preto Maranhense; foi um benemérito na exploração do rio Puruz, quiçá o primeiro civilizado que nele penetrou, aventurando-se à sua conquista. Faleceu depois de 1895.

percorrendo-lhe todo o percurso, talvez a mais tranquila, no dizer de Euclides da Cunha, das grandes expedições geográficas.

Em 1872 uma nova tentativa se fez sem resultados de valia: — o Cel. Rodrigues Labre (*) e o engenheiro Alexandre Haag, que, parece, mal chegaram alem da Lábria, e em 1873 uma outra de Barrigton Brown e W. Lidstone, que apenas alcançou Uitanaã, no baixo Puruz, da qual só há a registrar, como única vantagem à zona de que nos ocupamos, o ter dela ficado entre nós o comandante da lancha *Guajará*, em que ela subira, Guilherme Gustavo Waffner.

Nascido em Watin, na Alemanha, o comandante Waffner viveu no Puruz desde aquele ano até Junho de 1909, quando faleceu no seringal *Bom-Lugar*, tendo comandado diversas vezes os vapores da Companhia do Amazonas. Foi ele um dos primeiros a subir em lancha a vapor até a foz do Chandless.

Explorações outras se tentaram às cabeceiras do Puruz, posteriormente, mas quase nada lhe adiantaram, se não que, do fabuloso Cuchiguara dos sucessores de Cristovão de Acuña e Guilherme Delisle, surgia uma região de verdade riquíssima e portentosa, fechada ainda ao progresso e à civilização.

* * *

Sem mais estudar-lhe as expedições aventurosas, patrocinadas pelos governos do Brasil, e particularmente do Amazonas, a quem mais de perto interessavam as riquezas desvendadas, o seu povoamento, como o de toda a Amazônia, deve-se às migrações que desde 1876 se vem sucedendo de estados diversos do País, primitivamente e especialmente do Ceará, a quem o ano que àquele se seguiu fora fatal, com a terrivel seca que o assolou, até princípios de 1880.

Pode-se quase afirmar que o primeiro cearense a penetrar no Puruz foi João Gabriel de Carvalho e Melo. Filho de José Gabriel de Melo e de Rosa Vidal Carvalho, casara-se com sua prima Mariana Paz, filha de Antô-

(*) Antônio Rodrigues Pereira Labre, natural do Maranhão, foi o fundador da cidade da Lábria, a quem deu o nome. Foi o seu primeiro presidente da câmara e depois deputado provincial no Amazonas.Faleceu, mais ou menos, em 1899.

nio Paz de Ávila e Jacinta Vidal de Ávila, todos naturais e residentes na Serra-da-Urúburetama, no Ceará, no ano de 1843. Em 1845 se manifestara, naquela então província, uma das mais calamitosas secas de que ha memória. (*)

Abastadas que eram, quando a fortuna lhes correra próspera, ficaram as duas famílias quase reduzidas à miséria. João Gabriel, moço ainda e mal iniciado na vida, já contando uma filha e estando prestes o segundo filho, que lhe veio em 1847, encontrou-se de repente em extrema dificuldade, não tendo, sequer, os meios para garantir à esposa parturiente os recursos necessários aos resguardos dos primeiros diàs; nesta aflitiva situação, deixou-a na cama e, entre os parentes amigos, a quem de todo não atingira a fatalidade, procurou os socorros precisos; como não os encontrasse, num momento de desespero e revolta, bem naturais no homem de brio que era, fugiu naquele ano para o Maranhão, onde se demorou dois anos, continuando depois a sua marcha para o Amazonas, de que, então, se começava de falar como de um país misterioso, para criminosos e degredados.

Não o impelia, portanto, o sentimento de ambição.

Só duas décadas depois, sem que dele já houvesse notícia no seio da família, se bem que estivesse em franca prosperidede no baixo Puruz, voltou João Gabriel ao Ceará, onde se demorou algum tempo, impressionando a todos com a sua opulência, que andou comentada e exagerada pela população da zona compreendida entre as ribeiras do Curú e Acaraú, onde vivia disseminada a sua numerosa parentela.

Tornando ao Puruz nas proximidades de 1876, quando mal se augurava a terrivel calamidade que se vinha reproduzindo na sua terra natal, numa intermitência de dez anos, já veio João Gabriel acompanhado de sua família, do

(*) Na "Breve Noticia sobre a extracção da salsa e da seringa", de S. Coutinho, anexa ao Relatório do Presidente do Amazonas, Sinval Odorico de Moura, apresentado à Assembléia Provincial em 25 de Março de 1863, encontra-se o seguinte:

«O Sr. João Gabriel informou-nos que no Birury encontrára uma pequena plantação de salsa, e tem continuado em maior escala.» (Pg. 58, T. 5 — "Relatorios da Provincia do Amazonas".)

Em 1887, já criada a comarca da Lábria, foi João Gabriel um dos seus primeiros veriadores. Faleceu em Tauariá a 8 de Fevereiro de 1895.

Sobre o comendador João Gabriel leiam-se os trabalhos do Autor nos números desta revista correspondentes aos anos de 1932 e 1939, pgs. 25 e 199, respectivamente.

Nota do Autor.

filho José Mariano de Carvalho e Melo, que deixara no berço, na sua fugida aventurosa, e trazendo à sua sombra protetora, seduzidos por ele, alguns parentes e patrícios daquela região.

Já em começo de 1877, quando se prenunciava a terrivel seca, que foi sem dúvida a grande fonte de vida da Amazônia, e impelidos pela desgraça, outros emigrados da penúria vinham em busca do Puruz, onde João Gabriel os atraía para novas explorações.

Em Abril desse ano fatídico para o Ceará, a bordo da lancha *Anajás*, chegaram à foz do Acre, onde os seringais dormiam no seu eterno abandono, em companhia de João Gabriel, alem de outros, seu sobrinho José de Matos, Chagas Sousa e Alexandre d'Olivreira Lima (1). Seguiram-se-lhes o capitão Antônio Mariano, do seringal Sant'Ana (2), Francisco Inácio Pinto, da Bem-Posta, Cel. José Ferreira de Araujo, da Liberdade, Puruz (3), Agostinho Escócio Vieira, de S.-João (4), Francisco Barbosa de Melo, da Prainha, José Cesário de Farias, de Mercês, Cândido Pereira de Araujo, de Vale-Quem-Tem (5), Esperidião Ferreira

---

(1) Conhecido por Barão da Boca-do-Acre, nome que lhe deu o povo. Faleceu a 9 de Junho de 1917, em viagem para Manaus. A ele se atribue a seguinte versão do nome Acre:

Anteriormente ao tratado de 27 de Março de 1867, os brasileiros do vale do Puruz, sem notícias nem preocupações do que havia ou pudesse resultar na esfera diplomática, penetraram o afluente daquele rio pela margem direita, Aquirí, *Acre*, segundo a interpretação de uma carta mal escrita, em que se divulgava a descoberta e as vantagens do rio à antiga e forte casa, hoje extinta, de Elias José Nunes da Silva & Cia., da praça do Pará.

— Manifesto do Povo Acriano, 1909. Tip. do *Jornal do Commercio*, Rio-de-Janeiro. Pg. 29.

(2) Antônio Pereira de Sant'Ana, falecido a 13 de Junho de 1917 (em Sant'Ana). Foi um dos antigos desbravadores do alto Iaco, onde teve seringais e negócios.

(3) Assasinado em Liberdade no dia 1.º de Outubro de 1917, por um seu criado. Dele trataremos adiante.

(4) Agostinho Escócio Vieira, da numerosa família Escócio Drumond, de Uruburetama, proprietário do seringal São-João, no rio Iaco; casado com D. Maria Joana Escócio, deixou muitos filhos, falecendo alí, em avançada idade, no dia 1.º de Abril de 1913.

(5) Era piauiense, casado com D. Maria Brígido de Araujo, de quem deixou 8 filhos e que ainda vive em Vale-Quem-Tem, sua propriedade. Faleceu em Fortaleza, no Ceará, a 13 de Agosto de 1905.

Temporal, de São-Pedro-do-Icó (1), Manuel Damião da Silveira, do Sacado (2), Iaco, Custódio Miguel dos Anjos, de São-Bento, Tertuliano Carneiro, de Valença (3), no Macauã, e tantos outros, que se foram distribuindo e fixando pelo Acre e Puruz acima, até a boca do Iaco.

Em 1880, finda que era a medonha tragédia climática do Ceará, já em companhia de Manuel Paz de Ávila, que alí fora em socorro dos seus, outros se aventuraram à temerosa conquista, dentre os quais se destacam o seu filho Teófilo, Pedro Paz de Ávila, seu irmão, que foi o explorador do Iaco no ano seguinte, José Francisco de Moura, falecido em 7 de Julho de 1917, em Sena-Madureira, seu cunhado João Batista, muitos dos quais sobrevivem, e outros e outros, que dificil seria recordar.

Desse ano em diante, já não era o motivo das secas que ia impelindo as migrações que se seguiam, incessantemente, mas a ambição de fortuna, tão falaz e efêmera; e, à proporção que iam chegando, às dezenas e às centenas, rudes filhos do campo e da miséria, indiferentes às agruras da conquista, onde a morte os aguardava, — pelo Puruz e seus tributários acima, iam-se descobrindo novos seringais, que eram outros tesouros de riqueza a explorar, se não novos cemitérios abertos, no abandono das matas virgens, à vida dos incautos. (4)

Como subsídio para a história, aquí vai um interes-

---

(1) Cearense, natural do Icó, filho de Antônio Vicente Ferreira e D. Cândida Ferreira; casado com Ana Virgem Temporal. Faleceu em Belem, a 12 de Fevereiro de 1910.

(2) Cearense, de Redenção, casado com D. Teresa Escócio da Silveira; faleceu no Ceará, em fins de 1909. Deixou descendência.

(3) Casado com D. Maria Carneiro Braga; era filho de Bento Carneiro da Silva, Uruburetama, e faleceu em Belem, em 1906.

(4) « ..... não se conhece na historia exemplo mais golpeante de emigração tão anarchica, tão precipitada e tão violadora dos mais vulgares preceitos de aclimamento quanto o da que desde 1879 até hoje atirou, em succesivas levas, as populações sertanejas do territorio entre a Parahyba e o Ceará para aquelle recanto da Amazonia. Acompanhando-a, mesmo de relance, põe-se de manifesto que lhe faltou desde o principio, não só a lenta e progressiva marcha das migrações seguras, como os mais ordinarios resguardos administrativos.

O povoamento do Acre é um caso historico inteiramente fortuito, fóra da directriz do nosso progresso.» (Euclides da Cunha: "A' Margem da Historia". Pgs. 63-64.)

sante depoimento que a pedido do Dr. Samuel Barreira, no exercício do carga de prefeito do departamento, escreveu um conceituado comerciante de Manaus, a 22 de Dezembro de 1909, o qual foi publicado n*O Alto Purús* de 16 de Janeiro do ano seguinte:

«Exmo. Amigo Dr. Samuel Barreira.

Satisfazendo os desejos que me manifestou, é com prazer que traço sobre o Yaco (Yuacú, na linguagem dos ipurinãs) as notas seguintes:

Subi o Purús em 1880, a bordo do vapor *Rio Branco*, que se destinava ao Arapixy, propriedade então do amigo velho, já fallecido, ha uns 3 para 4 annos, Leonel do Sacramento. (1)

Do Arapixy consegui do commandante do *Rio Branco*, meu amigo Motta Junior, que me viesse deixar mais em cima até onde podesse navegar; mas infelizmente o *Rio Branco* só pôde subir mais umas 3 praias acima do Arapixy, por difficuldades na praia onde mais tarde naufragou o vapor *Macapá*.

Nesta praia fiquei com duas canôas, rancho e pessoal para viagem.

Á minha gente reuniu-se o meu amigo Alexandre José Bruno Cidade, o qual foi sempre o meu companheiro inseparavel e amigo como bem poucos tenho encontrado na minha vida até hoje.

Subindo deste logar chegámos ao Yaco com 6 dias de viagem, mais ou menos.

---

(1) Leonel Antônio do Sacramento, natural de Cametá, Pará, explorou, por conta de Caetano Monteiro, em 1882, o seringal *São-Caetano*, no alto Puruz. A esse tempo sustentou grandes lutas contra os índios canamarís e apurinãs, e, especialmente, contra os catianas.

Mudou residência para o Xapurí, em cujo rio explorou o seringal *Sai-Cinza*, e alem deste muitos outros, naquele e no rio do Oiro, dos quais dispunha, liberalmente, deixando só este à família, que ainda o possue.

Tomou parte saliente nos primeiros levantes do Acre e faleceu antes da revolução de Plácido, em Manaus.

Foi casado, em segundas núpcias, com D. Cândida Sacramento, senhora cearense, heróica de educação e grandes virtudes, de quem deixou filhos.

Procedeu-se a exploração dos terrenos do Yaco até certa altura e voltámos para continuar o Purús.

Por este rio subimos até o logar Capivara, nome que foi dado por nós, devido á abundancia desses animaes.

Neste logar descançámos uns 8 dias e descemos depois de deixar alli feita uma barraca.

Depois destas explorações, todos scientes da existencia de grandes seringaes, resolvi descer para fazer conduzir o pessoal de installação e consequente posse.

Chegando em São Domingos, onde era esperado anciosamente, tratei de responder ás muitas perguntas do pessoal avido de noticias sobre os terrenos explorados.

Depois de todos informados e resolvidos a subir para batalhar nos seringaes virgens, pensei em arranjar condução.

O vapor *Tapajós*, do commando do piloto Julio Marques Carepa, foi o primeiro que se me deparou possivel de conduzir a mim e ao pessoal.

De facto, chegado o *Tapajós* a São Domingos, entendi-me com o commandante e ficou accordado que este vapor me conduziria com o pessoal para povoar as explorações, mediante o pagamento de 1:000$000 diario, alem das passagens, a contar do Arapixy para cima, navegação ainda virgem, desconhecida.

De facto assim foi feito.

No *Tapajós* gastámos um dia e meio de Arapixy a São Francisco, no Purús, onde descarreguei o pessoal, bagagens e viveres, canôas e apetrechos outros.

Regressei no mesmo vapor afim de conduzir outro com mercadorias para a nova safra.

O vapor *Conde d'Eu* trouxe as cargas do Purús, Capivara, Silencio, Tentação e outros pontos, e o *João Augusto*, em que eu subi de novo, trouxe as cargas do Yaco (Yuacú), restante do pessoal e familias do pessoal que tinha vindo no *Tapajós*, tendo descarregado tudo no São Francisco e bocca do Yaco, parte em terra e em canôas.

No fim do anno de 1881 subi no vapor *Andirá*, animado do desejo de fazel-o subir o Yaco (Yuacú), mas, infelizmente, apezar dos esforços do commandante Jucá, só podemos chegar pouco acima do Cayeté, devido em parte ao vapor ter desgovernado e batido de encontro ao barranco na curva da Malóca (cuéra) que foi de indios, ponto onde hoje acha-se construido o Mercado Publico de Senna Madureira.

Neste sitio fiquei eu com as cargas e algum pessoal.

No anno seguinte, 1882, foi escolhido o vapor *Jurity* para subir o Yaco e de facto foi o que mais distante chegou, pois só conseguimos ir até "S. Clara", propriedade do meu saudoso e velho amigo José Alves de Oliveira. (1)

Este facto causou animação extraordinaria, quer ao pessoal, quer aos extranhos que procuravam unir-se aos nossos.

Depois outras casas commerciaes, além das de Elias e Teixeira & Roiz, que foram as nossas fornecedoras, começaram a estabelecer negocios para o alto, sendo de notar as casas B. Antunes & C.ª e Elias. (2)

Seus vapores, porém, só conseguiram attingir ás boccas do Cayeté e Macahuã.

Em 1883, querendo manter a navegação até Santa Clara, foi escolhido para esse fim o vapor *Palmary*, que só poude chegar até São José, onde me deixou com mercadorias e pessoal no barracão do meu amigo Benjamin Duarte Pontes Franco. (3)

A este tempo já tinhamos feito a compra da lancha *Canamary*, que foi uma grande heroina no resto da exploração e auxilio deste commercio.

No Yaco (Yuacú) não existiam indios nas margens, mas sim no Cayeté e Macahuã, em pontos muito distantes.

Estes indios eram Ipurinãs, Inamarés e Manitinirys, os quaes no segundo anno foram encontrados pelos seringueiros do centro, sendo todos de indole pacifica.

Muitos foram os pormenores e accidentes que occorreram durante esta minha exploração, porém o que interes-

---

(1) José Alves de Oliveira, cearense, foi um dos antigos exploradores do Iaco; grande proprietário dos seringais Fortaleza, Itamaratí e Santa-Clara, teve avultadas transações. Casado com D. Clara Linda do Amor-Divino, faleceu a 27 de Março de 1903, deixando filhos, dos quais subsistem o Sr. Joaquim Alves de Oliveira, aqui, e, no Ceará, D. Cecília, casada com o capitão Antônio Pires Chaves. D. Clara Linda faleceu em avançada idade, a 29 de Julho de 1918, em Paraiso, de seu filho Joaquim Alves.

(2) Elias José da Silva & Ca., da praça do Pará, importante firma que primeiro teve transações para o Puruz e seus affluentes, Acre e Iaco.

(3) Benjamim Duarte Pontes Franco, cearense, um dos antigos proprietários do Iaco, faleceu no seu seringal Iracema, na foz do Macauã, no dia 21 de Fevereiro de 1915, deixando descendência.

sa saber-se para a historia futura do Yaco (Yuacú), é o que fica acima relatado com a maxima exactidão.

Pelo que deixo escripto, tem-se a certeza, sem contestação, de quaes foram os primeiros vapores que sulcaram as aguas do Alto Purús e Yaco.

O primeiro morador do rio Cayeté, foi o cel. Herminio Rodrigues Pessôa (1), no mesmo logar onde existe a casa de sua propriedade, na primeira curva do Cayeté, á direita de quem sobe.

O vapor *Panamary* era commandado por Travasso, tendo como immediato o distincto cavalheiro e meu amigo Carlos Falcão, actual commandante do vapor *João Alfredo*.

Cordeaes saudações.

Senna Madureira, 22 de dezembro de 1909.

Caetano Monteiro da Silva» (2)

* * *

É uma valiosa testemunha da época.

Os rios e as florestas, vedados, até então, à atividade do homem civilizado, iam sendo assim vencidos pela pertinácia dos conquistadores, invadindo-os, palmo a palmo, com enormes sacrifícios de vidas e dinheiro.

Na vanguarda, pois, dos temerários aventureiros e desbravadores do Puruz e seus afluentes, encontram-se, desde

---

(1) Cel. Hermínio Rodrigues Pessoa, natural de Sobral, Ceará; tendo vindo para o Puruz aos 23 anos de idade, casou duas vezes, deixando descendência.

Foi abastado proprietário nos rios Caieté e Iaco, onde deixou grandes seringais e fortuna. Faleceu na Boca-do-Caieté, a 16 de Março de 1905.

(2) Caetano Monteiro era português, comerciante de longo trato e conceito em Manaus, ao tempo da criação da aduana boliviana no Acre. Foi vice-consul daquela república, no Amazonas, e sofreu grandes prejuizos, ocasionados por ela, visto que todo o movimento, entre os governos da Bolivia e seus delegados no Acre, era feito e estipendiado por intermédio do consulado.

Morreu, há poucos anos, em Manaus, quase em extrema pobreza, depois de inutilmente ter reclamado em pessoa, na cidade de La-Paz, o pagamento de grande soma pelas despesas feitas.

1854, alem de Manuel Urbano (1), W. Chandless (2), Labre, Silva Coutinho e João Gabriel, antes de 1870 (3); com navegações a vapor, Caetano Monteiro, Boaventura Santos e Leonel Joaquim de Almeida, e, já depois de 1873, o capitão Hoeffner, Antônio Francisco Bacelar, Casimiro Pereira Caldas e Leonel Sacramento, o destemido dominador dos índios, cuja vida aventurosa na exploração de seringais, e nas expedições contra os aborígines, se destaca pelo episódio lamentavel de que foi vítima a sua família por parte desses

---

(1) No dia 19 do corrente (21 de novembro de 1861) chegou a esta capital Manoel Urbano da Encarnação, que por ordem de V. Exc., exarada em officio de 27 de janeiro deste anno, fora incumbido de examinar a communicação que devia haver entre o rio Purús, etc.

Manoel Urbano, chegando ao affluente Aquiry, que dista 33 dias de viagem do Ituxy... continuou a navegar o Aquiry durante 20 dias, no fim dos quaes voltou, porque as aguas tinham baixado muito.

(Informações sobre o rio Puruz ao Presidente do Amazonas, pelo Dr. João Martinz da Silva Coutinho, "Relatorios da Provincia do Amazonas". V. II. Pág. 801.)

Pretendo em janeiro mandar concluir a exploração do Purús. A viagem do *Pirajá* até as barreiras de Huytanahan muito proveitosa a certos respeitos, nada adiantou, por outro lado, a do pratico Manoel Urbano, que chegára perto da povoação de Saraiaco, no Perú.

(Relatório à Assembléia do Amazonas apresentado a 1°. de Outubro de 1864. "Relatorios da Provincia do Amazonas". V. III. Pág. 126.)

(2) Quarenta e cinco leguas á cima do Rio Negro, affiue no Solimões o rio Purús. Já sabeis qual a sua importancia, em vista da estensa navegação a que se presta.

Acaba de explora-lo, em busca de suas cabeceiras, o viajante inglez William Chandless que, apezar de ter avançado mais do que o pratico Manoel Urbano, não logrou resolver aquelle interessante problema hydrographico.

("Relatorios da Provincia do Amazonas". Out. 1864. V. III. Pág. 126.)

(3) Ultimamente entrou uma colonia cearense e espera-se que até o mez de junho do corrente anno, o tenente coronel Labre, que visitou o Alto Purús, venha da provincia do Maranhão acompanhado de algumas dezenas de pessoas, livres e escravas, com o intuito de estabelecer-se naquelle rio.

(Relatório do presidente Wilkms de Matos, 1870. "R. da Provincia do Amazonas". V. III. P. 761.)

infelizes, e que o mudou, desde então, de catequista, que era, no seu maior inimigo e mais impiedoso perseguidor.

É o caso do rapto de uma sua sobrinha, feito pelos índios, num ataque às deshoras, após o trucidamento de quase toda a família, no Puruz.

Da vítima inocente jamais houve notícia, e muitas lendas se formaram, posteriormente, em torno do trágico e emocionante fato.

Só depois de 1877 se avolumou a corrente invasora, persistente, avassalando os seringais, na ambição exclusiva da fortuna, facil na aparência, mas de sacrifícios tamanhos, e tão inaccessivel como as miragens do deserto. (1)

* * *

E, assim, por muitos anos ainda, na grandeza invencivel do seu marasmo, continuou o imenso vale do Puruz entregue à exclusiva iniciativa particular, à exploração do comércio da borracha, a que deve todo o seu desenvolvimento e todo o seu progresso.

Ligado geograficamente à então província do Amazonas, ia sendo o Alto-Puruz por ela adminstrado, se administração se pode chamar a nomeação platônica de autoridades em remotas paragens abandonadas, inhóspitas e inaccessiveis à civilização, e onde mal chegavam os desassombrados aventureiros, a quem o nomadismo ancestral e a miséria da terra nativa impeliam ao fabuloso desconhecido.

Questões de Limites

Território incontestado até 1867, quando, pelo tratado de La-Paz, de 27 de Março daquele ano, foi cedido pelo Brasil à Bolívia, que o disputava tembem ao Perú, esteve o Alto-Puruz, com os seus últimos afluentes, por muitos

---

(1) Emquanto ás fronteiras eram sempre ausentes os bolivianos, as incursões exclusivas dos nossos continuavam no decennio seguinte ; e, no outro de 1870-1880, com a calamidade da grande secca do Ceará, houve para alli um affluxo de população que desde então se tornou incessante, não só pela uberdade dos seringaes como pela relativa facilidade de accesso do rio e pelas communicações que elle podia permittir com os affluentes do *Ituxy* e do *Yaco*, todos tambem abundantes de seringaes.

("Manifesto do Povo Acreano", Rio-de-Janeiro, 1909. Pág. 37. Tip. do *Jornal do Commercio*.)

anos depois, à mercê dos exploradores deste último país, caucheiros que se iam estabelecendo nas suas cabeceiras, erroneamente estribados no tratado de 23 de Outubro de 1851.

Nem se lhes podia com justiça negar esse direito, porquanto aquele tratado, delimitando fronteiras no ignoto, tornara litigiosa toda a região, e a despeito das sucessivas comissões de limites, entre as três repúblicas fronteiriças, não se podia ao certo estabelecer o ponto terminal para o domínio de cada uma delas.

Diz o Barão do Rio-Branco, de saudosa memória, na sua exposição, apresentada ao Presidente da República, em 28 de Dezembro de 1909, a páginas 13:

«Pelo Tratado de 27 de março de 1867, com a Bolivia, estabelecendo a linha Javary-Beni, — muito differente da de 1777, — o Brazil cedeu a essa Republica os Territorios do Juruá e do Purús, com os seus affluentes, entre os quaes o Gregorio, o Tarauacá, o Acre ou Aquiry, e o Yaco ou Hyaco, ao sul da dita linha Javary-Beni.»

Aliás, o Perú, que não fora ouvido a respeito desta negociação, julgando-se lesado nas suas fronteiras com a Bolívia, protestou em nota de 20 de Dezembro daquele ano, dirigida ao governo daquela república, à qual contestou o governo boliviano, pelo seu ministro das relações exteriores, Mariano Donato Muñoz, em nota de 6 de Fevereiro de 1868.

Seguiram-se as comissões de limites, sempre mais ou menos divergentes, pouco adiantando à solução do caso, por incompletos os seus serviços, pelas múltiplas dificuldades encontradas.

Aos trabalhos da comissão de limites com o Perú, chefiada por Costa Azevedo, depois Barão de Ladário, em 1867, que não mereceram aprovação do governo brasileiro, sucederam os da que foi chefiada por Von Hoonholtz, posteriormente Barão de Tefé, em 1874; à demarcação feita em 1897, pela Comissão Mixta, brasílio-peruana, da qual era chefe brasileiro o capitão-tenenete Augusto da Cunha Gomes, seguiu-se o protocolo entre o Brasil e a Bolívia, de 30 de Outubro de 1899, que substituiu o de 19 de Fevereiro de 1895, em virtude do qual foi nomeada a Comissão Mixta entre os dois paises, cuja delegação brasileira foi confiada à competência do notavel astrônomo Luiz Cruls, que retificou a linha traçada por aquela, encontrando a mesma

longitude e confirmando os direitos da Bolívia à zona contestada. Entretanto, do *statu quo* em que permanecera, de 27 de Março de 1867 a 19 de Fevereiro de 1895, data do protocolo Carvalho-Medina, que facultava à Bolívia o direito da criação de aduanas nos limites traçados pela linha Cunha Gomes, o Alto-Puruz despertava com o Acre para mais sérias ambições e maiores cometimentos. Já o não disputavam somente os que nele se tinham fixado com valiosas propriedades, senhores que estavam da zona desde 1877; os bolivianos, que só agora se vinham insinuando pelas margens do Iaco, e os ambiciososos peruanos, que lhe exploravam de preferência o caucho, de facil extração e mais pronto resultado. Alvo de interesses mais altos e legítimos, começou ele de preocupar seriamente as chancelarias das três nações que o reclamavam e, dentro em breve, em 22 de Outubro de 1898, autorizava o então nosso ministro do exterior, general Dionísio Cerqueira, o estabelecimento do posto aduaneiro à margem do Acre, acima de Caquetá.

De fato, no começo do ano de 1899, uma comissão boliviana, chefiada pelo próprio enviado extraordinário daquela república, Dr. José Paravicini, estabelecia à margem esquerda do Acre o primeiro posto aduaneiro da Bolívia, denominado Puerto-Alonzo.

Administração amazonense

O Alto-Puruz, que vinha sendo administrado por autoridades que lhe nomeava o Amazonas, continuava no esquecimento, alheio quase ao movimento que se ia operando em torno de seu fecundo afluente, sobre cuja decantada riqueza incidiam de preferência todas as ambições em choque.

O Amazonas, à proporção que mais habitada se tornava a região, procurava estender sobre ela o seu gananciosо domínio, subordinando-a à comarca do Antimarí, que sempre se debateu em profunda anarquia, e exercendo arbitrariamente o seu jugo extorsivo, só de ambicioso interesse, usufruindo-lhe os proventos possiveis e descurando completamente de qualquer benefício em prol do seu progresso.

De uma testemunha da época, aliás insuspeita, encontra-se n"O Alto Purús", de 9 de Agosto de 1908, o se-

guinte trecho, que é bem síntese de toda a história do domínio do Amazonas nesta região:

«... Havia de sobra rasão para tanto jubilo no novo Departamento [refere-se à criação das prefeituras] — comprehendido por uma região até então atribulada pelas explorações as mais reprovaveis de autoridades do Estado do Amazonas que por aqui andavam em deligencia — ou antes em constantes correrias — a contento daquelles que melhores vantagens pecuniarias lhes offerecessem. A esse mesmo tempo os delegados civis do Governo revolucionario constituido contra o dominio boliviano aqui exerciam igualmente attribuições amplas de administradores e magistrados, processando e resolvendo sem forma nem figura de juizo, de modo summario e as vezes de plano, verbalmente, todas as questões attinentes á vida e propriedade de tão desafortunado povo.

«Alem da *commissão*, como era conhecida, composta de um supplente de Juiz Municipal de Floriano Peixoto, escrivão e advogado e de outras figuras terriveis da justiça daquella epocha cuja simples recordação faz ainda hoje tremer as pobres victimas, até as comarcas do Baixo Purús, tentavam jurisdição dentro do rio Yaco.

«Tão grande e desordenado era o exercicio de funcções publicas numa phase de tão tristes recordações que, uma vez, do mesmo vapor em que vinha a tal commissão da comarca de Floriano Peixoto, era passageiro, para citações nesta zona, um official de justiça a mandado de juizes da Labrea [?], outra comarca do Amazonas, cujos limites só alcançavam a Bocca do rio Inauiny no Purús. Esse official de justiça acompanhava importante commerciante do Pará, que por esse meio conseguio bôas liquidações com seus freguezes do Yaco ! Se as autoridades judiciarias do Amazonas assim procediam, na pendencia da questão dos limites, ainda não resolvida, entre o Brazil e a Bolivia, exercendo, á força de dinheiro, actos revoltantes e violencias inqualificaveis, peior faziam as autoridades policiaes. Ha pouco tempo mesmo, antes da constituição da Prefeitura Federal, um delegado de policia de Floriano Peixoto, em uma excursão de dois mezes, conseguio fortuna superior a cincoenta contos de reis !

«Do disperdicio do alheio, rapinagem de heranças e actos outros contra os desprotegidos, para que fallar-se ?»

Esse que assim escreve, entretanto, aliando-se depois

a certo rábula, já vindo da Lábria e Antimarí, useiro e vezeiro nessas práticas deshonestas, foi, já no regime federal, neste departamento, um dos maiores apóstolos desse sistema indecoroso de fazer fortuna, que, mal entrando ele na região, tanto lhe indignou o sentimento, inflamando-lhe a pena, numa justa revolta, contra o banditismo.

Assim, pois, entregue à ganância da justiça e do fisco amazonenses, vivia o Alto-Puruz, já em pleno domínio boliviano no Acre, a sua vida quase vegetativa dos primeiros tempos.

Insurreições acrianas

O domínio boliviano estabelecido no Acre, no começo de 1899, alarmou enormemente as populações que lhe ficaram subordinadas, brasileiras que eram em sua totalidade, e muito especialmente a vizinha comarca de Antimarí, a quem privava, em extensão e riqueza, da sua melhor porção; o Alto-Puruz, como parte integrante do território entregue ao estrangeiro, seria tambem em breve alcançado pela cobiça dos novos dominadores, ainda que, menos em evidência quanto ao valor da produção, embora tão povoado talvez, não despertasse, como o seu decantado afluente, a ganância dos invasores.

A repulsa contra os bolivianos foi geral em toda a região e, posto que se não pudesse ainda avaliar a extensão dos males que se seguiram à ocupação e o valor das extorsões infligidas aos seus habitantes, bem cedo explodia o grito de revolta contra ela.

De fato, no primeiro de Maio daquele ano, tão fecundo para o renome do Acre, foram depostas as autoridades bolivianas, deixadas em Puerto-Alonzo por Paravicini, sem que houvesse da parte delas a menor resistência.

Foi protagonista dessa primeira insurreição um moço cearense, José Cavalho, que exercia então o cargo de secretário da superitendência de Floriano-Peixoto e a respeito publicou um folheto em 1904, no Pará, tip. de Gillet & Cia. Traz ele a seguinte dedicatória: «A' memoria de Atto Pessôa, José Martins, Henrique Pontes Barroso, José Pontes Barroso, José Nunes de Mello e Olyntho Meira, heroicos e malogrados companheiros na primeira insurreição do Acre.»

O Cel. Joaquim Vitor da Silva, proprietário dos se-

ringais Caquetá e Bom-Destino, que circundam Puerto-Alonzo, foi um grande auxiliar de todo o movimento, como o maior elemento de todos os que se lhe seguiram.

É esta a nota de intimação dirigida ao Dr. Moisez Santivanez, consul da Bolívia em Caquetá, então encarregado da delegacia boliviana em Puerto-Alonzo :

«Illustre Sr. Consul da Bolivia, em Caquetá, no rio Acre.

«O povo brasileiro representado nos abaixo assignados, solidariamente responsaveis no uso de sua alta vontade revoltada, vem intimar-vos para que abandoneis o governo illegal que vos achais exercendo actualmente neste territorio, desbravado, habitado e hoje defendido, por milhares de brasileiros, que até a vossa invasão apparêntemente legal, viviam á sombra das Leis de seu Paiz, e nellas confiavam.

«O povo e os poderes publicos deste Estado têm sido por demais tolerantes, nessa vergonhosa questão, sancionada, é verdade, por um nosso desastrado ministro, sobre o qual não queremos nos pronunciar neste momento.

«A violencia de nossa vontade, tão patriotica e tão justa, não nos permitte um longo argumento probatorio dos nossos direitos; em toda a parte a imprensa e o povo o tem largamente descutido e elle está solidamente plantado na consciencia nacional.

«Essa Posse é um insulto á nossa soberania, e nós bem sabemos que não sois o responsavel directo; sois no entanto, em rasão de vosso governo, o elemento desse insulto que nós soberanamente repellimos, hoje e amanhã, seja preciso, muito embora, o sacrificio de sangue e de vida. Esperamos convictos que haveis de abandonar o mais breve e o mais conveniente possivel este logar que o vosso ministro, o Sr. José Paravicini, baptisou com o nome de *Puerto Alonzo* e onde se acha estabelecida uma *Aduana* limitando as duas Republicas visinhas.

«Em desaggravo á nossa consciencia e para vossa honra de Cidadão patriota, confessamo-vos que a nossa extrema prudencia, appellando sempre para o patriotismo do governo brasileiro, nos deixa um pesar, que é o de não termos feito essa imposição ao vosso antecessor, o Sr. José Paravicini.

«Sabeis, porém, que não fazemos questão de pessôas

ou de actos, violentos ou justos, dos Delegados de vosso Paiz, e sim exclusivamente da *Posse* boliviana desses grandes pedaços de rios e de florestas violados por um governo extranho.

«Não tememos as responsabilidades que nos possam advir por essa intimação escripta que nos pedis — a nós que estamos á vossa frente — para vosso documento, sem duvida, porque a fazemos na fé de patriotas, á plena luz do dia, de baixo do nosso Céo e com todo o ardor de nosso patriotismo.

«Estaes intimado a tirar o governo deste territorio o mais breve possivel, porque é esta a vontade soberana e geral do povo deste Municipio e todo o Povo brasileiro.

«Caquetá, 1 de maio de 1899. — José Carvalho, Atto Pessôa, Amaro de Góes Nogueira, Antonio Mendes de Almeida, José Nunes de Mello, João Passos de Oliveira, Henrique de Pontes Barroso, Pedro Martins Chaves, Antonio Paulo Cavalcante, Antonio Tavares de Britto, Manoel Mathias Cabral, Silvino José Baptista, Antonio José de Góes, Francisco Correia, Luiz Gonçalves de Magalhães, Manoel Martins Chaves, Tertuliano Nazareth de Lima, Antonio Lourenço do Nascimento, Francisco Januario de Araujo, Lino Vieira de Queiroz, Manoel Fortunato da Silva, José Justino de Araujo, Francisco de Almeida Caterno, a rogo de João Tavares da Silva, Francisco d'Almeida Caterno, Antonio Rodrigues de Salles, Manuel Raimundo Brenha, Joaquim Victor da Silva, Francisco Gomes Malveira, Antonio Loyola, Abilio dos Santos Freire da Rocha, Jesuino Nunes Verçosa, Pedro Gomes da Rocha, bacharel em direito, Miguel Ribeiro da Costa, engenheiro civil, José do Prado, a rogo de Manoel Evangelista, José do Prado, João Francisco Correia, Pedro Olympio Gondim, a rogo de José Rodrigues Vieira, Abilio dos Santos Freire da Rocha, a rogo de Manoel Sacramento Guimarães, Francisco Gomes Malveira, a rogo de Porphyrio Lazaro da Silva, Antonio Mendes d'Almeida, Manoel Mathias Pereira, a rogo de Ludugero José Bandeira, Francisco Gomes Malveira, João Roberto Lopes, Francisco Luiz de Oliveira, , Joaquim C. dos Santos, Antonio Barbosa Conde, a rogo de Antonio Victorino da Silva, de Antonio Chrispim de Almeida, de Balthasar de Carvalho, de Carlos Moreira Torres, de Domingos Alves da Silva, de Eufrosino Alves Guerra, de Fran-

cisco Cassiano Monteiro, José Carvalho, João Nogueira de Miranda, Olyntho Meira, Manoel Theophilo de Serpa.»

Como ficou dito, nenhuma resistência opuseram os bolivianos.

Dir-se-ia que os ocupantes, dizimados que iam sendo pelo impaludismo e consequências, isolados naquele meio hostil, onde todos os olhavam como intrusos, desconfiando das próprias autoridades por eles nomeadas, que conspiravam à sua sombra, encontraram na surpresa da rebelião um pretexto feliz para se livrarem de situação tão crítica, sem quebra de dignidade patriótica.

Desse cometimento, que, aliás, era de esperar-se, como represália às extorsões iniciadas por eles, coube a responsabilidade e o castigo às autoridades de Antimarí, que efetivamente nele não tomaram parte.

O Alto-Puruz teve tambem o seu momento de agitação, mas simplesmente de passageiro ardor e simpatia, e, expulsos que foram os bolivianos, recaiu no seu indiferentismo, pouco ou quase nada se interessando no movimento que continuava, cada vez mais intenso, preocupando o espírito revolucionário dos acrianos.

A Bolívia, segura que se julgava de seus direitos sobre o Acre e amparada pelo governo brasileiro, que lhe assegurava o domínio, não se conformou com a posição que lhe criara o levante de Maio, e dentro em pouco, melhor aparelhada, uma expedição destinava a restabelecer a sua soberania no vale do Puruz, onde os ânimos pareciam já arrefecidos com as peremptórias declarações do nosso governo, providenciando para que lhe fosse mantida a autoridade.

A revolta, porem, continuava latente no ânimo do povo, e mal se organizava em La-Paz a força expedicionária, era, a 14 de Julho do mesmo ano, proclamada por ele, tendo à sua frente Luiz Galvez Rodrigues de Árias, um aventureiro de origem espanhola, que o Acre rehabilitou, o *Estado Independente do Acre,* que vigorou até Março do ano seguinte, perfeitamente organizado com o seu presidente, ministério e mais autoridades, sem que a Bolívia, a pesar de todo o seu esforço, enviando para lá forças numerosas, com os seus melhores oficiais comandantes, conseguisse impor-se, mas simplesmente perturbá-lo diplomaticamente, reclamando perante o governo do Brasil.

Eis a proclamação do chefe dos revolucionários:

«Proclamação aos patricios habitantes do Acre

«São conhecidas por todos a marcha que tiveram os acontecimentos de 1 de maio de 1899 para cá, as successivas transformações porque houve de passar a organisação politica intitulada Estado Independente do Acre, suas vicissitudes, sua resistencia, segregado do resto do mundo, a todas as tentativas de avassalamento contra as quaes tão nobre e patrioticamente se levantaram os povos desta região.

«Delegado por estes, e por intermedio do governo que no momento os representava, coube-me a honrosa missão de pugnar no Brazil, especialmente junto ao governo nacional e aos Estados do Amazonas e do Pará, o reconhecimento dos nossos direitos, a rehabilitação do nosso nome coberto de calumnias de todo o genero e a defesa dos nossos nobres intuitos: não eramos, não somos aventureiros, armando um governo de comedia para assaltar ephemeros interesses materiaes de momento; brazileiros nascemos, sob o propicio olhar do Cruzeiro, brazileiros ficaremos, resgatando de novo pelo sangue e pelo trabalho, o territorio que nossos antecessores já haviam desbravado á custa mesmo da vida.

«Nosso intuito é hoje o que era hontem, o que será amanhã: impossibilitados, pela marcha diplomatica das negociações, de continuar como de antes sob o pallio da patria, revoltados e independentes nos manteremos até que ao seio da patria possamos de novo voltar como filhos aos quaes sómente a ella cumpre dar o destino e organisação que entender.

«Assim, minha missão não podia deixar de ser conduzida sob os mais fagueiros auspicios. E, mercê de Deus, o foi.

«No palacio do Cattete, ao exmo. sr. dr. Campos Salles falou o delegado dos acreanos revolucionados contra o extrangeiro, e de s. excia. o Acre poude ouvir, como já sabeis, pelas publicações da imprensa, a certeza de que, conhecida como ficava a verdadeira situação e conhecido o estado real do Acre, este podia descansar em que vez nenhuma voltariam a tomar-se providencias como as que tão ignominiosamente foram executadas em março do corrente anno.

«Outra não é a palavra dos governos dos Estados com quem mantem o Acre todas as suas relações de commercio e todas as de dependencia material, do ponto de vista da contiguidade geographica.

«E, então, sabido que, emquanto novo tratado não repuzer a questão nos termos anteriores aos protocollos Carlos de Carvalho - Diez de Medina e Dionysio de Cerqueira - Paravicini, o Brazil não pode por forma alguma auxiliar (salvo o caso dos deveres de humanismo) os seus filhos que labutam ao sul da linha Cunha Gomes, nossa attitude não podia ser outra senão a que tivemos.

«Alem da linha Cunha Gomes, ou bolivianos, ou independentes.

«Sabida a inferior civilisação da Bolivia, de cujo nome não se apartam a idéa da forca levantada no Humaytá, as extorsões e os vexames de Paravicini e os monopolios de alcool, vinhos, fumo e farinha — tudo entorpecendo e escravisando o commercio, não havia duvidas no caminho a escolher.

«Independentes, puzemo-nos de armas nas mãos, defendendo-nos pessoalmente contra as arbitrariedades e violencias, e defendendo a tradição da Patria, que tratados sem se conhecer as fronteiras do paiz não pódem anniquilar.

«Aos primeiros tempos puderam os nossos inimigos desvirtuar nossos intuitos aos olhos dos que não sabiam bem o que era o Acre, e passamos por aventureiros. E por aventureiros sermos considerados conseguiram os representantes da Bolivia que se puzessem empecilhos áquelles dos actos que já exerciamos como senhores e soberanos, de facto, deste territorio, que boliviano não deixaremos ser.

«Poude, porem, a causa do Acre fazer-se conhecida de todos e, então bem avaliado o nosso patriotismo, sentiu a Bolivia desfazerem-se todos os seus embustes, confessando-se impotente para dominar-nos, não só pelas minguadas e irrisorias expedições que para aqui mandou, como pelas propostas que fez ao governo brasileiro de ceder seus pretensos direitos no Acre acerca de concessões que em outro logar lhe fossem feitas.

«Não ha maior prova de fraqueza para vencer-nos, o que nos abre tanto mais esperanças de voltarmos breve a sermos brazileiros official, diplomatica e territorialmente quanto, como um tiro de honra nas pretensões bolivianas, o governo federal mandou que não se criem mais difficuldades para salvaguardar possiveis interesses da Bolivia aos generos daqui deseidos e que no Brazil passam em transito, devendo pagar o direito a quem de facto occupar o territorio.

«Tambem os governos estaduaes não tiveram outra resolução, conforme pessoalmente delles ouvi e então é essa a resolução definitiva da questão, para nós, importantissima da cobrança dos direitos, sem os quaes a vida do Acre Independente seria uma irrisão e uma miseria.

«Assim, victoriosos, em meio á satisfação pela obtenção desses assignalados passos em prol dos nossos direitos, é que brasileiros degenerados e indignos, acreanos venaes e miseraveis entraram com a Bolivia no accordo que vós todos conheceis.

«Pude reclamar a principio o impeto que essa transação vergonhosa e azinhavrada causava, e com o auxilio dos bons amigos do Acre, pude até crear o papel de victimas aos negregados, para que a obra definitiva e primorosa da nossa independencia, a coroação dos nossos esforços não falhasse.

«Mercê de Deus assim foi, e ao chegar aqui, de regresso da missão a respeito de meus trabalhos na qual falla por mim toda a imprensa do paiz, o que não me desvanece senão porque nesse pronunciamento o que vejo é a victoria do Acre, de que fui o mais humilde dos defensores, mas o mais incansavel dos dedicados — sem embargo da molestia e da falta de recursos, — mais se me avigora a crença de que não podemos e não devemos fraquejar, especialmente agora.

«O Acre é preciso, é absolutamente necessario, é indispensavel que não se deixe render, ou mercadejar, até que se complete a grandiosa obra de reivindicação, que nós iniciamos, e que com o amparo da opinião nacional brazileira —de que, para não fallar senão nos mais illustres, orgãos se fizeram, no Congresso, Serzedello Correia, Ruy Barbosa e Lauro Sodré, emquanto a fina flor do jornalismo os auxiliava, já os tendo mesmo antecedido, excepto ao primeiro, o nosso grande arauto—está visinha de completar-se.

«Até lá, força é que a Bolivia aqui não se implante, para que reconheça a fatua pretenção do seu dominio sobre os acreanos.

«E como, para cumprir o primeiro dever das sociedades civilisadas, mister se faz a existencia da autoridade, repressão superior das vontades, organisadora da vida commum solidaria, zeladora dos direitos, liberdades, garantias e suprema defensora da communhão, no estado a que chegou a situação, como todos o sabeis, ouvidos quantos nesse senti-

do o deviam ser, accordes todos — em honrosa solidariedade e reconhecimento de serviços,—assumo a investidura da autoridade suprema, em caracter provisorio até que, cessada a situação anormal em que está o Acre, desorganisado administrativamente por um lado, ameaçado pelo inimigo armado por outro, possamos melhor regularisar nossa organisação.

«Assumindo essa investidura, faço-o ainda no desempenho de compromisso de, por fórma alguma, deixarmos periclitar a causa acreana, seja pelo que for, e sómente o faço tambem porque outros, porventura mais dignos do que eu, assim o entenderam.

«Neste posto, de honra e sacrificio, de desvanecimento mas de responsabilidade, serei aquelle que, como delegado acreano, fui: a abnegação ante a saúde depauperada e a falta de recursos, e o devotamento só igual á grandeza de nossa causa.

«Tudo pelo Acre! é a minha divisa ou sejam—a harmonia, a concordia, o respeito aos direitos da civilisação e humanismo de todos quantos aqui existem.

«Somos todos irmãos, devemos ser todos unidos, uma barreira inexpugnavel pelo inimigo, fortes pelo numero, maiores pelo patriotismo, ainda maiores pela união.

«E' ao que concito-vos saudando-vos fraternalmente a todos e a todos pedindo o auxilio para que, como autoridade e patriotas, possamos dignamente levar a cabo a tarefa que, vencedora, a todos, e não a mim só, é que ha de engrandecer.

«Casa do Governo, na cidade do Acre, 14 de julho de 1899.

«LUIZ GALVEZ, servindo de secretario EZEQUIEL PRIMO»

Em todo esse período de 7 meses, esteve o Alto-Puruz ligado ao movimento que se operava no seu tributário, meio desorganizado quanto à administração, que era simultânea e tumultuariamente feita pelo Amazonas, e pela revolução, a quem acompanhava com as suas simpatias e solidariedade moral.

A comissão boliviana, que logo em Manaus perdera o seu delegado, Pedro Kramer, chefiada depois por Ladislau Ibarra, na ausência de Galvez, que subira em viagem de propaganda ao Xapurí, conseguiu ocupar Porto-Acre e, su-

bindo no vapor "Manaus", sob a proteção suspeita do capitão Antônio Barbosa Leite, se instalou a 29 de Dezembro no seringal Humaitá, propriedade deste, donde, após algumas escaramuças, foi desalojada em 12 de Janeiro seguinte pelos revolucionários, chefiados então, temporariamente, pelo Cel. Antônio de Sousa Braga.

Diversos encontros se deram entre acrianos e bolivianos, sendo os mais renhidos os de Bagé e da foz do Riozinho, onde capitularam estes, ficando prisioneiro o Cel. Muñoz, vice-presidente da Bolívia.

Em Março de 1900, apareceu, largamente distribuido, um folheto publicado na "Typ. e Enc. de A. Loyola, rua S. Antonio, 8 Pará, 1900", em cuja capa trazia os seguintes dizeres: "*A Questão do Acre. Manifesto dos Chefes da Revolução Acreana ao venerando Presidente da Republica Brazileira, ao povo brazileiro e ás praças do commercio de Manáos e do Pará*", com a seguinte legenda: "*Os brazileiros livres nunca serão bolivianos. Independencia ou morte! Viva o Estado Independente do Acre!...*

Acompanhavam a legenda as assinaturas de Antônio de Sousa Braga, Rodrigo Carvalho, Gastão de Oliveira, Raimundo Barbosa Leite, Joaquim Domingues Carneiro, Manuel Odorico de Carvalho, Joaquim Alves Maia, Pedro da Cunha Braga, Luiz Barroso, Hipólito Moreira, João Passos de Oliveira, Francisco Manuel de Ávila (sobrinho), Antônio Alencar Araripe, Raimundo Joaquim da Silva Viana, José Gadelha Marinho, Luiz Galvez Rodrigues de Árias.

Historia ele os motivos da insurreição e os incidentes ocorridos até aquela data, nos seguintes capítulos: *A historia da revolução — A organisação do Estado — Os primeiros incidentes — O caso do Riozinho — A commissão boliviana — A visita do Jutahy — Os interesses da Amazonia — Os fins da Revolução.*

Traz a seguinte data e as assinaturas dos revolucionários que então se achavam em Belem: "Pará, 1 de março de 1900. A commissão acreana: Antonio de Sousa Braga, Rodrigo de Carvalho e Gastão de Oliveira. Concordamos e secundamos todo o manifesto. Hypolito Moreira, Pedro da Cunha Braga, Joaquim Alves Maia, Manoel Odorico de Carvalho, Antonio Alencar Araripe, Joaquim Domingues Carneiro, Luiz Barroso de Sousa, Francisco Manuel de Avila, sobrinho, e Raymundo Joaquim da Silva Vianna."

Outros de igual importância não estavam presentes na ocasião.

Complicações de ordem diplomática entre os dois governos, o boliviano e o nosso, ocasionaram a intervenção deste contra os insurrectos, que estavam em pé de guerra, senhores das posições, e, em Março, foi Luiz Galvez retirado dalí pelo governo do Amazonas, e reentregue à Bolívia o governo da região.

Mas a semente da revolta ficara plantada e força alguma seria mais capaz de reprimir o espírito de independência que se tinha firmado naquele pedaço do Território, onde, com o horror ao estrangeiro, crescia dia a dia a convicção de que ele nos pertencia, senão pela letra dos tratados, por legítimo direito de conquista; e esse sentimento, cada dia mais vivo, ia contaminando toda a zona entregue aos usurpadores.

No ano de 1900, muito após a retirada de Galvez, já estando os bolivianos senhores do Acre, exercendo a sua autoridade, deu-se a vergonhosa tentativa de revolta organizada no Amazonas pelo Cel. Rodrigo de Carvalho e Dr. Gentil Noberto, com uma expedição chefiada pelo Dr. Orlando Lopes, que foi sem dúvida a mais desastrosa delas, se bem que a melhor aparelhada quanto aos meios de combate para a vitória.

Nesta, o Alto-Puruz já tomou parte ativa com alguns de seus habitantes (especialmente o Iaco), entre os quais se salientaram os coronéis Arnaldo Machado, do seringal Porangaba, e Avelino Chaves, do Guanabara, a quem a Junta Governativa, em ofício de 26 de Novembro de 1900, abaixo transcrito, transmitiu o comando em chefe das forças revolucionárias.

«Governo Provisorio e Quartel General em Caquetá, (Acre), 26 de novembro de 1900. Exmo. Sr. Coronel Avelino de Medeiros Chaves. Tendo o commandante em chefe das forças acreanas, dr. Orlando Lopes, solicitado exoneração desse posto de sacrificios, devendo retirar-se do theatro das operações, cabe-nos a satisfação de communicar a V. Ex. que esta Junta resolveu passar a V. Ex. a direcção das forças revolucionarias contra a Bolivia. Ficam desde já á disposição de V. Ex. o crusador "Solimões" e o aviso de guerra "Ruy Barbosa," e mais todas as armas e munições existentes. Certo do patriotismo e do amor de V. Ex. á causa

que abraçamos, esta Junta hypotheca-lhe o seu inteiro apoio e confiança do povo acreano.

Gentil Norberto. Rodrigo de Carvalho.»

A fatalidade, porem, pesava sobre os destinos da expedição. A desorganização que se vinha acentuando desde o começo do movimento degenerara em anarquia profunda, contaminando os próprios chefes, que já se não entendiam.

Na investida contra Porto-Acre, precedida da indecisão que tanto a prejudicou, diante da fuzilaria cerrada e metódica dos bolivianos, entrincheirados na margem oposta do rio, os assaltantes, surpreendidos com o inesperado da resistência, não tiveram a guiá-los a tática e a coragem de um chefe a cuja autoridade obedecessem.

À confusão sucedeu o pânico e a defecção; um canhão vindo de Manaus como argumento decisivo, espantalho em que se punham todas as esperanças para uma vitória incruenta, emudeceu, ao primeiro disparo, à mingua de artilheiros competentes. A debandada esqueceu-o e, sem que o disputassem, lá ficou ele inutil e solitário, encravado no barranco, como troféu irrisório à mercê do inimigo estupefacto.

Era a derrota irremediavel, seguida do cortejo desmoralizador das disputas e recriminações; o desânimo invadira os espíritos mais confiantes e nenhuma solução airosa se apresentava a iludir a evidência do desastre, cujas consequências morais tornaram inexequivel, talvez para sempre, o grande ideal de reivindicação do Acre.

Foi nessa emergência dolorosa e desesperada que o Cel. Avelino Chaves aceitou a chefia platônica da expedição moribunda.

Sem competência militar para a reorganização dos elementos díspares de que se compunham as forças sob seu comando, sem firmeza de vontade e convicções para reanimar o espírito abatido dos expedicionários, e, sobretudo, sem a autoridade moral que o caso exigia, ia-lhe a revolta morrer às mãos impotentes, sem mais um alento de enganadora esperança.

A vaidade, que foi sempre a feição predominante de seu carater ligeiro, fê-lo levianamente aceitar a responsabilidade do fracasso para o qual não concorrera.

Em que pese ao ridículo da posição assumida, envaideceu-o esse simulacro de prestígio revolucionário, a chefia esteril da revolta agonizante.

O Alto-Puruz entrava assim no movimento desairosamente, pela mão de um dos seus maiores proprietários, para acompanhar o féretro de mais uma tentativa fracassada.

Salva-o, entretanto, a abnegação com que aceitou a comparticipação no sacrifício.

BOLIVIAN SYNDICATE

O ano de 1901 foi todo de rebeliões e choques entre bolivianos que chegavam, ora subindo o Puruz, ora pelo interior da Bolívia, e acrianos que cada vez se mostravam mais exaltados contra o seu domínio; e, se foram de infrutíferos resultados no momento, muito influiram para a solução final, demonstrando evidentemente que aqueles arrojados patrícios se não submetiam passivamente ao jugo estrangeiro.

No correr desse ano, uma forte expedição de 900 homens do exército regular da Bolívia ocupou o Acre, encontrando apoio em certos proprietários, que, desanimados com os fracassos das revoltas anteriores, ansiavam por um regime de paz, que garantisse a estabilidade da ordem para o trabalho, já tão prejudicado nos seringais. As revoltas tinham originado a desconfiança no comércio: — os patrões *aviadores* restringiam o crédito e só faziam fornecimento de mercadorias mediante garantias sérias de hipotecas de seringais; e os fregueses, que se ocupavam na extração da borracha, na maioria atrasados no pagamento de suas dívidas e comprometidos pelos azares das rebeliões, fugiam, abandonando o *fabrico*, mal se espalhava o boato de revolta contra os bolivianos.

Havia, porem, um grande número de patrões que se não conformavam com o domínio estrangeiro, a pesar do muito que já lhes custara a rebeldia anterior; e, mal chegava esta expedição, talvez a mais importante que a Bolívia enviara ao Acre, pois a comandava o próprio ministro da guerra, D. Ismael Monte, e a acompanhava o vice-presidente da república, D. Lúcio Velasco, iniciaram-se as hostilidades, sendo estes presos acima do *Colibrí*, quando desciam em canoa para Puerto-Alonzo, pelos acrianos Dr. Gentil Norberto, Cel. Pedro Braga, Silvestre Monteiro, etc. Esta prisão, porem, não durou senão poucos dias, quando, tendo falhado os recursos que esperavam, os acrianos resolveram torná-la sem efeito.

Neste cometimento andaram envolvidos os proprietários de diversos seringais do Baixo-Acre, entre os quais os coronéis Joaquim Vitor e João Xavier e o major João Batista Alcântara, que depois mudou residência para o seringal Santo-Elias, no Iaco.

Este fracasso, entretanto, em nada modificou a situação dos bolivianos, quanto à segurança de que necessitavam para implantar o seu demínio na região; enquanto as comunicações com o Brasil não estavam cortadas, o que só sucedia na época das aguas, no inverno, eles usufruiam relativa segurança, mas, em chegando o verão, isolados como ficavam, as hostilidades iam-se manifestando.

Foi nesse interregno de desassossego que a Bolívia, desanimada nos seus intuitos de predomínio na região, e sob o maior sigilo, contratou em Londres, a 11 de Junho, por intermédio de seu plenipotenciário, Felix Aramayo, com a firma Cary Whitridge, de Nova-Iorque, a *administração fiscal, polícia e exploração do território do Acre*, contrato ameaçador da nossa integridade territorial, aprovado dentro em pouco pelo congresso boliviano e promulgado a 21 de Dezembro do dito ano de 1901, quando começou a ser divulgado no Brasil.

Grande foi o alarme que esta pérfida operação provocou em todo o País; e o rico território, descoberto à custa de tantas vidas preciosas, explorado com tantos sacrifícios e povoado por milhares de brasileiros, ia passar à administração do *Bolivian Syndicate*, composto de americanos e ingleses, alarmante vizinhança e temerosa ameaça ao nosso sossego e integridade.

Quando, em 2 de Abril de 1902, chegou ao Acre D. Lino Romero, nomeado pelo seu governo *Délegado Nacional en el Territorio del Acre y Alto Purús*, com poderes discricionários de ditador, ignorava-se ainda alí o arrendamento feito ao sindicato americano.

Era intuito da Bolívia, interessada que estava na posse do território, manter nele por algum tempo a sua soberania, à custa mesmo do maior sacrifício, para entregá-lo indisputavel e subjugado à companhia que o vinha explorar, confiada no prestígio das poderosas nações que nele visavam grandes interesses.

Amparado por forças regulares do seu país e tendo encontrado a região numa relativa conformidade, muito natural na época das faceis comunicações e que ele erroneamen-

te interpretou como submissão ao seu regime, começou o novo delegado da Bolívia por fazer publicar, no seu jornal *El Acre*, a 9 de Abril, 7 dias apenas depois de sua chegada, as opressivas leis votadas pelo congresso boliviano e sancionadas, quase esquecidas por inexequiveis, desde 11 de Dezembro de 1896.

Entre elas, a mais alarmante era a que obrigava os acrianos a registrar na aduana de Puerto-Acre, dentro de seis meses apenas, a contar do primeiro de Maio seguinte, o processo de medição e demarcação de suas propriedades no "Território de Colônia", sob pena de perderem os seus direitos de legítimos proprietários, medida vexatória e iniqua, cujo fim deshonesto repousava na *Sociedad Gomera Boliviana*, de quem era representante um célebre Antônio Fuladori, que fazia parte da comissão.

Um surdo rumor ia-se levantando entre os acrianos contra a opressão de tais decretos, e em breve disfarçada conspiração, provocada pela arrogância dos usurpadores, começou de se fazer, à surdina, nos seringais, entre os proprietários ameaçados de esbulho; mas o alarme repercutiu no seio dos bolivianos, e D. Lino Romero, que era tambem um político sagaz, ante o clamor que se avolumava, procurou, pelo seu orgão oficial, em princípio de Junho, acalmar os ânimos, sofismando e interpretando favoravelmente aos acrianos o espírito real dos decretos.

Entretanto, a rebelião tornava-se inevitavel, desde que coincidiu com esse mal-estar evidente da população a chegada e divulgação da notícia do arrendamento feito ao sindicato.

PLÁCIDO DE CASTRO

Só este nome merecia um capítulo especial, se o comportasse a índole ligeira deste estudo; aliás, a sua personalidade, algo enigmática, no contraste da sua aparente debilidade física com a energia e a tenacidade com que se revelou nos lances mais dificeis do movimento que o consagrou; a ilusória modéstia desconfiada, denunciando quase uma simplicidade tímida em contraposição ao desmedido orgulho e ao autoritarismo que o sacrificou; o desapego de tudo e de si mesmo durante a revolução, em breve desmentido pela ambição insaciavel e quase sórdida avareza, que lhe atraiu prevenções e desconfianças, não é de molde à

penetração facil de quem lhe procure desvendar a psicologia complicada.

José Plácido de Castro, tão ingloriamente sacrificado numa emboscada traiçoeira, a 11 de Agosto de 1908, estava destinado à glória do maior feito na história do Acre. Entrando na região como simples demarcador de seringais, desconhecido e indiferente na turbamulta dos adventícios atraidos por ela, predestinara-o a Providência para a missão nobilitante que o imortalizou.

Não é, pois, nesta rápida resenha, que se pode estudar a figura homérica desse bravo e malogrado brasileiro, a quem as paixões partidárias cortaram tão cedo o fio de uma existência preciosa, porventura chegada a termo na sua grandiosa missão no Acre, mas credora, de certo, do maior respeito dos seus contemporâneos e da veneração mais legítima dos porvindouros.

Ao tempo dos acontecimentos que ficaram narrados no último capítulo, Plácido de Castro encontrava-se no Acre fazendo demarcações e em Junho ultimava a do seringal *Vitória*, do Cel. José Galdino de Assiz Marinho, um dos veteranos das insurreições acrianas. A agitação reinante na região encontrou nesse denodado patriota o chefe de que necessitava para impulsionar a revolução.

De fato, ela explodiu no Xapurí, a 6 de Agosto, chefiada por esse valoroso guerrilheiro e enérgico organizador, que foi até hoje a figura mais saliente de quantas se envolveram nas lutas pela reivindicação do Acre; os bolivianos, qué eram poucos alí, cercados de surpresa, na madrugada desse dia de festa nacional para a sua pátria, não opuseram resistência, e, para que a notícia do levante não chegasse às autoridades que ocupavam o Baixo-Acre, foram eles deportados para o Brasil, vindos pelo Iaco, que, desde logo, se interessou tambem no movimento.

Não preciso, neste estudo, acompanhar a marcha vitoriosa do exército acriano, após o fracasso de 18 de Setembro, na Volta-da-Empresa, que de certo teria decidido da sorte da revolução, abortando-a no seu início, se à sua frente não estivesse esse tenaz e audacioso gaucho, a quem as dificuldades eram estímulo e incitamento e que foi, sem dúvida, até hoje, o maior vulto do território.

Nesse ínterim, eram presos pelas autoridades bolivianas, no Baixo-Acre, diversos chefes de prestígio nos movimentos anteriores, em vista de denúncias dadas pelos rumo-

res de levante, mas a falta de comunicações positivas sobre o que se ia passando ńa Empresa, ignorantes que estavam da chegada dos seus patrícios, que alí acamparam, induziu-as a porem-nos em liberdade.

Entretanto, a tregua, após o combate, foi de pouca duração, e refeitas que foram as tropas de Plácido, com pessoal adquirido nos seringais mais próximos, seguiu-se o cerco da Empresa, onde o batalhão boliviano do Cel. Rosendo Rojas se entrincheirara, o qual capitulou no dia 15 de Outubro, após 11 dias de renhido combate.

Não é meu intuito acompanhar todos os incidentes e peripécias desta gloriosa revolução, que, por muito recente e de grande importância na vida do território, é bem conhecida e merece estudo aparte; basta seguí-la nas suas vitórias sucessivas, a 18 de Novembro em Santa-Rosa, no Abunã; a 7 de Dezembro em Costa-Rica, no Tauamano, e, finalmente, a 24 de Janeiro de 1903, em Puerto-Acre, onde havia grande força sob o comando do Cel. Ruiz, reduto principal e sede do governo boliviano, depois de um formidavel cerco de 9 dias, em que se combateu incessantemente e o heroismo dos acrianos chegou a proporções épicas.

A ordem do dia que se segue relata minuciosamente o combate:

«Commando em Chefe do Exercito do Estado Independente do Acre — Ordem do dia N.º 1 — Combate de Porto Acre — Ao romper d'alva do dia 15 do corrente, o exercito revolucionario marchava de accordo com o plano de ataque previamente assentado, quando, ás 8 1/2 horas da manhan, uma descarga uniforme de fusilaria pelo lado de baixo inaugurou o ataque de Porto Acre, sendo incontinente secundada pela linha de atiradores da margem direita do rio, commandada dignamente pelo Coronel Hypolito Moreira. O inimigo, previamente preparado, cercou de fuzis a eminencia que dominava, dirigindo seus fogos para a linha de baixo, quando subitamente recebi uma saudação do batalhão revolucionario ao mando do Tenente-Coronel Brandão, que acabava de estender linha de atiradores pela parte de cima. N'este momento fiz tocar carga para a brigada e confesso que senti passar por toda a linha revolucionaria uma corrente electrica, derramando em cada cidadão um enthusiasmo que, só se aninha nos corações daquelles que, cegos ao proprio instincto de conservação, envolvem-se

no manto das mais nobres e generosas utopias, fazendo delle muitas vezes a sua gloriosa mortalha. A passo accelerado, o circulo de fogo de nossos atiradores diminuia rapidamente de diametro, chegando com 20 minutos de avançar, á minima distancia a que podia chegar em campo limpo, deante das trincheiras inimigas, sem um grande sacrificio de vida improficuo. Neste ponto a linha inteira deitou corpos, esperando a noite para matar a sede ardente e a fome que já nos dominavam e sobretudo pensar os ferimentos de alguns, recebidos durante o dia, bem como sepultar aquelles que já tinham entregue a vida no altar da liberdade, entre elles tres officiaes da fina-flôr do exercito, os Tenentes José Faustino, João Ferreira e Leopoldo, todos feridos em cheio, na fronte, como se a propria morte os quizesse ferir no logar onde os heroes recebem a corôa. A noite inteira foi consumida num trabalho insano, porem, na manhan, seguinte, todos se achavam entrincheirados. Até o dia 12, ás 6 1/2 horas da manhan, sitiados e sitiantes, disputavam o destino da victoria. Nessa manhan, um tanto brumosa, forcei a passagem deste porto no navio *Independencia,* armado em guerra, cuja direcção nautica confiei ao sr. piloto João Correia, assumindo eu em pessôa a direcção das baterias.

«A' manobra da volta de Porto Acre succedeu a primeira descarga da fuzilaria de bordo, que foi tambem signal aos sitiantes, já prevenidos, os quaes romperam, a um só tempo, um mortifero fogo sobre o inimigo. Por todas as nossas linhas os vivas enthusiasticos irromperam com a luz de seus fuzis, os atiradores de bordo tanto atiravam como soltavam gritos de cego enthusiasmo, o corneteiro tocava marchas de guerra, emfim, o navio apitando sem interrupção, formavam uma verdadeira orchestra guerreira. A perspectiva que apresentava o Porto Acre, circumscripto por uma corôa de fumo, ornada aqui e alli pelas nossas bandeiras, parecia dar a nota mais bella d'esse quadro que poucas vezes nos é dado apreciar e que apezar de se nos apresentar sublime, seria talvez apreciado com horror por um observador calmo e alheio ás paixões que nos fizeram levantar uma bandeira. O vapor passou. Pela tarde de 23 de janeiro foram erguidas pelos sitiados bandeiras brancas, em torno de suas trincheiras, sendo incontinente suspensas as hostilidades por ambas as partes. Como emissario do Delegado boliviano, apresentou-se-me o sr. de Santivañez pedindo,

em nome d'aquelle, uma suspensão de armas para sepultar os mortos, ao que neguei-me, por comprehender que outra era a intenção do inimigo. O emissario voltou, rompendo em seguida as hostilidades. Sem diminuir o valor e a dedicação de muitos, devo agradecer a abnegação de alguns officiaes que, como o Tenente-Coronel Brandão e Majores Daniel e Andrelino, entraram para suas trincheiras e, supportando a acção de um sol ardente e noites chuvosas, só as abandonaram quando poderam erguer a nossa bandeira, já victoriosa; decidido amor á revolução mostraram tambem outros ecmo o Tenente-Coronel José Antonio e Major Basilio Lyra; emfim uma bravura bem notavel revelaram o dr. Gentil Norberto, que exerceu as funcções de meu Ajudante de Campo, Capitão Salinas e os tres inditosos Tenentes finados no primeiro dia de ataque, mas, sobretudo o Sargento José Barros que encarnou em sua nobre alma, toda a bravura e toda a dedicação revolucionaria, indo como que allucinado por sua fé morrer sobre o parapeito das trincheiras inimigas, ficando para nós o seu nome como synonimo de abnegação e bravura. Longe iria a lista d'estes abnegados, se os tivesse de nomear um por um, mas passemos adiante. O sol de 24 de janeiro, apparecendo atravez de espessa cerração, mostrou-nos innumeras bandeira brancas circulando as trincheiras inimigas.

«Momentos após, 7 horas da manhan, o mesmo emissario do inimigo vinha propor a rendição da praça, sob condições que este commando rectificou, reduzindo oito artigos que propunha a dous, que são os constantes da acta de capitulação, firmada algumas horas após. No momento em que o Delegado boliviano communicava-me que estava a força ás minhas ordens para cerimonia da entrega do armamento, fiz-lhe ver e aos officiaes superiores, que, sendo nosso intuito conseguir a independencia do Acre, como uma condição de nossa liberdade, outra cousa não aspirava senão a sua realisação e que quanto ás apparatosas cerimonias em taes momentos usadas pelos principais paizes do mundo, não satisfaziam ao vosso espiríto, visto que no meu pensar serviam mais para humilhar um povo já infortunado pela derrota, com o qual o vencedor nobre deveria ser generoso. Assim procedendo, pensei interpretar os sentimentos de meus concidadãos e sobretudo de meus commandados, que mais de uma vez têm demonstrado para com o vencido a grande delicadeza de seus nobres corações.

Porto Acre está tomado e o mesmo sol que illuminou esta victoria ha de illuminar a victoria final que será o reconhecimento da nossa soberania como Estado Independente do Acre.

Viva a revolução!

Viva a almejada independencia!

Porto Acre, 30 de janeiro de 1903

JOSÉ PLACIDO DE CASTRO.»

Estava pois plenamente vitoriosa a revolução acriana; não ainda a causa do Acre, visto que a Bolívia se preparava com grandes forças para recomeçar a luta.

Expulsos que foram os bolivianos, organizou-se sob a presidência de Plácido o governo provisório do Estado Independente do Acre, restaurado com a proclamação de 6 de Agosto do ano anterior.

O Alto-Puruz (e o Iaco, especialmente, por estar mais vizinho à zona revolucionada) forneceu elementos valiosos à causa de seus irmãos, se bem que, por não ter a quem combater, não os secundasse no levante.

E não foram poucos os sacrifícios feitos, se não de vidas, que efetivamente não os houve, de dinheiro, os pecuniários, não só de prejuizos ocasionados pelos fregueses devedores incorporados às forças combatentes, como de fornecimentos de mercadorias aos agentes da revolução em trânsito pelo Iaco.

A derrota da Bolívia no Acre despertou naquele país a indignação pública e excitou, contra os insurrectos vencedores, o patriotismo boliviano; uma forte coluna se preparava sob o comando do próprio presidente, general Manuel Pando, que com o ministro da guerra daquele país encaminhara-se para subjugar de vez a revolução.

A essa notícia, simultaneamente, enviava o Brasil para a zona conflagrada a expedição do general Olímpio da Silveira, que devia operar no sentido de ser mantido o *statu quo*, evitando choques entre as forças que se digladiavam, e que chegou ao Acre em começo de Março. Em Abril seguinte, assumiu ele, indevidamente, o governo da região.

Plácido, entretanto, confiando na ação da sua pátria e cônscio de estar por ela pugnando, continuou à frente das suas tropas e, prevendo a chegada de Pando com a sua expedição, seguiu ao seu encontro no vale do Tauamano, e em Porto-Rico, no Orton, onde o pôs em cerco, combateu qua-

tro dias, até quando alí chegou, a 25 de Abril, a notícia, quase no mesmo momento vinda, pela Bolívia, para o seu presidente, e, pelo Brasil, para o Cel. Plácido, do acordo do *modus vivendi* firmado em La-Paz, entre os governos das duas nações, a 21 de Março de 1903.

O "MODUS VIVENDI"

O acordo dividiu o território em duas circunscrições, denominadas Acre Setentrional, entre as linhas do contestado, que ficaria ocupada por forças brasileiras, e Acre Meridional, zona reconhecidamente boliviana, que seria governada por Plácido de Castro, governador aclamado dos acrianos em armas que a dominavam no momento.

A história desse interregno é de tristezas e decepções para os revolucionários e de vergonhas e contrariedades para os enviados do governo, que não estiveram à altura da delicada missão que lhes fora confiada.

O general Olímpio da Silveira, veterano servidor da pátria desde os campos do Paraguai, cuja bravura, comprovada em Canudos, inspirara tão belas páginas a Euclides da Cunha, no seu livro imortal "Os Sertões", não compreendeu, nas argúcias da diplomacia, a velada importância do papel que lhe era destinado e, insuflado por novéis oficiais, prevenidos e rebelados contra as revoltas civís e mal orientados no dever cívico, e a quem o Acre, com a sua legenda de morticínios, se afigurava um inferno dantesco, ultrapassou os limites das suas instruções e em Maio invadiu indebitamente a zona meridional, onde o Brasil não tinha soberania, mas simplesmente uma ação diplomática junto aos beligerantes.

Este fato insólito, de impensada intervenção nas atribuições do governo revolucionário, teria ocasionado, talvez, um desagradavel incidente entre as forças acrianas e brasileiras, se a Plácido, grandemente ferido na sua autoridade, não estimulasse, acima de tudo, o dever de patriota e brasileiro; preferiu abandonar o campo de seus gloriosos triunfos e com os seus oficiais retirou-se do Acre, aguas abaixo, seguindo para Manaus, donde, mal chegando, teve de voltar e reassumir a chefia dos seus comandados, plenamente prestigiado pelo governo federal, que lhe necessitava dos serviços.

Na sua ausência, entretanto, fora dissolvido o seu ex-

érceito e distribuidas, com um certo requinte hostil à sua gloriosa obra, as mercadorias que a sua previdência havia armazenado para a continuação da campanha contra a Bolívia.

O General Olímpio da Silveira se assenhoreara de todo o território, exercendo autoridade militar e civil, incutindo com esse procedimento, sem o querer talvez, o espírito de desordem e insubordinação naquele povo, a quem a disciplina de Plácido tinha levado aos mais heróicos cometimentos.

Foi sob o seu governo que se deram no Alto-Puruz os incidentes provocados pela invasão peruana, em Junho de 1903.

INVASÕES PERUANAS

Enquanto o Acre, desde o estabelecimento da aduana de Puerto-Alonzo, em 1899, se tinha libertado da tutela do Amazonas, sendo governado intermitentemente, ora pelos delegados da Bolívia, ora pelos governos revolucionários, e, já agora, no regime do *modus vivendi*, pelo chefe das forças de ocupação, do Brasil, continuava o Alto-Puruz sob a jurisdição da comarca de Floriano Peixoto, antigo Antimarí, que em todo ele e seus outros afluentes mantinha autoridades e usufruia-lhe os rendimentos, com o seu arbitrário fisco e as extorções judiciárias.

É assim que, ainda em 1903, exercia, na Boca-do-Chandless, fronteira com o Perú, 7.º distrito daquela comarca, o cargo de prefeito, nomeado pelo governo do Amazonas, o tenente-coronel José Cardoso da Rosa, brasileiro, casado alí com uma peruana e ex-sócio de D. Delfim Fiscarrald, tambem peruano, com quem se estabelecera em 1892 no Urubamba.

Território contestado, naquela região, tinha sido o Alto-Puruz explorado e ocupado, desde o seu descobrimento, exclusivamente por brasileiros que alí viviam ha muitos anos, até alem de Santa-Rosa, sem a menor perturbação estrangeira.

Os sucessos do Acre contra a Bolívia, de certo, repercutindo na sua vizinha, a república do Perú, induziram o seu governo a tomar precauções quanto às suas fronteiras com o Brasil, até então desguarnecidas, em território disputado tambem por aquela, e em Junho desse ano, sem renovação de acordo diplomático, que nem o autorizava o

tratado de 23 de Outubro de 1851, que aliás, o Brasil desaprovou, foi, pelo Prefeito do departamento de Loreto, enviado a estabelecer uma aduana em Catai, o comissário peruano D. Jorge M. Barreto, acompanhado de um contingente militar de 19 praças, comandadas por um tenente do exército daquele país.

Abaixo desse ponto indicado pelo Prefeito, no seringal União, trabalhava, havia alguns anos, um audaz caucheiro peruano, Carlos Scharff, que tinha ao seu serviço cerca de 400 homens, entre peruanos e índios, e sobre quem exercia a mais despótica autoridade. Carlos Scharff, que anteriormente tivera negócios comerciais com a viuva D. Aurora, proprietária do seringal Oriente, era-lhe devedor de certa importância, que, parece, se ia tornando de dificil liquidação.

Coincidiu com a chegada do comissário peruano, à fronteira, o fato de ter D. Aurora constituido seu procurador a José Libânio Ferreira, que alí exercia tambem o cargo de juiz adjunto do 7.º distrito da comarca de Floriano-Peixoto, o que de certo influiu no ânimo do seu devedor, mal intencionado que era e de instintos os mais perversos, inspirando-lhe os meios de que procurou lançar mão para burlar a ação da justiça amazonense, que ameaçava obrigá-lo a um ajuste e liquidação de contas. Era o devedor remisso insurgindo-se contra o credor prejudicado, a quem um terceiro, mais poderoso pela investidura de um cargo, porventura discutivel, em seu próprio interesse, trazia o apoio ameaçador da sua autoridade.

É esta, aliás, a psicologia de todos os grandes crimes particulares, patrocinados pela própria rudeza e isolamento da região e praticados na impunidade absoluta do deserto, afetando os altos interesses das nações neste vasto território, só agora encaminhado à conquista da civilização.

Mal chegava, pois, o comissário peruano, com instruções ilegais para se fixar em Catai, induziu-o perfidamente Carlos Scharff a estabelecer-se no próprio seringal de sua credora, o Oriente, na foz do Chandless, muito abaixo do local designado para esse fim, território ocupado havia cerca de 30 anos por brasileiros, sem contestação, e numa distância abrangida por mais ou menos trinta seringais, que passavam assim à jurisdição peruana.

D. Jorge Barreto, de gênio aventuroso, animado tambem por esse errôneo patriotismo que é ditado pela ambi-

ção, julgando ser de facil conquista tão dilatado domínio para a sua pátria, e confiado de certo no forte auxílio que lhe garantia seu pérfido compatriota, instigando-o contra brasileiros ali residentes, aceitou a louca proposta e, com surpreza das populações ribeirinhas, entre Catai e a Boca-do-Chandless, assenhoreou-se desta posição em 22 de Junho de 1903, hasteando alí o pavilhão de seu país, espoliando e maltratando os moradores indefesos e ameaçando de prisão as autoridades brasileiras.

Estas, inermes e desapercebidas que se encontravam na ocasião, diante da arrogância dos invasores e na ignorância do que, porventura, autorizasse, da parte do Brasil, ato de tamanha audácia, refugiaram-se em S.-Braz, algumas milhas abaixo, donde, mais tarde, de acordo com o Cel. José Ferreira de Araujo, velho cearense de grande prestígio na zona e proprietário do importante seringal Liberdade, foi enviado o próprio José Libânio Ferreira, como emissário, ao general Olímpio da Silveira, que então ocupava o Acre, governando-o na ausência do Cel. Plácido de Castro.

As providências foram imediatas, se bem que constassem apenas da nomeação de autoridades e remessa de duzentas carabinas *Manulicher* e grande cópia de munições, que foram transportadas em lancha fretada pelo General, a "Espadarte", de propriedade de Alexandre Oliveira Lima, o conhecido "Barão da Boca-do-Acre", um dos primeiros cearenses das levas de João Gabriel. Esse armamento era endereçado ao Cel. José Ferreira de Araujo, a quem o general nomeava *delegado federal no território contestado do Acre no Alto-Puruz*, com os 1.º e 2.º suplentes Eugênio Lopes Carneiro e José Jorge Rangel.

Chegadas que foram ao seringal Liberdade essas nomeações, que só por si eram de decisivo efeito moral na região, para defeza dos nossos direitos contra a invasão criminosa do estrangeiro, já em meados de Agosto, se aparelhou o Cel. José Ferreira, o herói de toda essa luta de reivindicação, e armado e municiado como se achava, à frente de 70 voluntários que aliciara, subiu a bordo da lancha "Mèrcedes" à Boca-do-Chandless, onde, chegando a 6 de Setembro seguinte, em nome do General intimou ao comissário peruano a desocupar o território brasileiro, de que violentamente se apossara.

Não sendo atendido, pôs em cerco o reduto, onde já

estavam preparados para recebê-lo militares e caucheiros peruanos, e, depois de uma noite de cerrado tiroteio, obrigou-os a capitular às 4 horas da manhã de 7, data memoravel da nossa independência política.

Vencidos e feitos prisioneiros os invasores, foram expulsos da região, o comissário Jorge Barreto e Carlos Scharff, principal responsavel por todo esse desagradavel incidente, que tanto exaltou o ânimo patriótico das duas nações nele interessadas, e, internado pela fronteira do Perú o desavisado e desditoso comandante da força com o restante de seus soldados, foi ele, na Ponta-do-Funil, nessa perigosa travessia por uma zona conflagrada, ocupada por inimigos criados pela sua malograda aventura, vítima do ódio e da indignação dominantes.

O historiador imparcial não tem conseguido penetrar com segurança a lôbrega trama desse crime; mas parece que uma emboscada se preparou contra os fugitivos, a quem se prometera livre regresso pelo interior do seu país. O tenente levava em sua companhia uma moça peruana, sua amante, e só esta escapou à surpreza do ataque; mas como recusasse acompanhar os seus perseguidores, ameaçada de morte, envolveu-se heroicamente no pavilhão de sua pátria, sendo assim assassinada. É esta a versão mais corrente, aliás muito contestada. Esse fato, porém, se verdadeiro, tão repugnante e merecedor de reprovação, já sendo consequência de crimes perpetrados pelos peruanos na sua invasão, foi o prólogo de outros praticados por eles, em represália, tão bárbaros e vergonhosos, que a pena se recusa a escrevê-los na sua selvagem hediondez. Os massacres de famílias brasileiras nos seringais Sobral e Funil, acompanhados das mais repugnantes cenas de concupiscência, vitimando crianças impúberes e senhoras respeitaveis pela sua posição e idade, não podem ser descritos sem um assomo de justa indignação.

Parecia tudo terminado com a retirada da força peruana, e de fato até o fim desse ano reinou sossego na região, com a vigilância estabelecida pelos nossos compatriotas em Fortaleza, abaixo de Santa-Rosa. Este posto de observação, composto de 50 patriotas sob o comando de Emílio Barreto e Emiliano, foi retirado depois, por ser julgado desnecessário. Mas em Março do ano seguinte, sem que nada se pudesse prever, tal era o paz que então reinava, descendo o Curanja, em canoas (aí estacionava um des-

tacamento militar do Perú, sob o comando do tenente Luiz Ghiorzo), uma numerosa expedição, composta de duzentos caucheiros, chefiados por Francisco Vargas Fernandez, e trinta praças da dita força, atacando de surpreza, apoderou-se inesperadamente de diversos seringais, entre os quais Sobral, Funil e Cruzeiro, saqueando-lhes todas as provisões, depredando benfeitorias e massacrando pacíficos moradores. É impossivel descrever as cenas de selvageria praticadas alí contra famílias indefesas; elas são do número daquelas que a história deve ocultar, para poupar aos pósteros a lembrança de fatos que envergonham e rebaixam a espécie humana.

Ordenara-a Pedro Lopes Saavedra, comissário peruano no Alto-Puruz, e preparou-a, como à primeira, o mesmo turbulento e famigerado caucheiro Carlos Scharff, que devia acabar, cinco anos depois, em 1909, às mãos de infelizes subordinados seus, a quem escravizara, recebendo assim o justo castigo de seus crimes, nas margens do *rio de las Piedras, no Madre de Dios.* Mal, porém, lhes chegou a notícia de que uma nova expedição de voluntários brasileiros subia ao seu encontro, puzeram-se os invasores em retirada para Cataí e Curanja.

A 30 de Março, entretanto, a sua retaguarda foi alcançada na confluência de Santa-Rosa, e entre os nossos 160 voluntários, comandados ainda pelo Cel. José Ferreira de Araujo, e os peruanos, dirigidos pelo tenente Ghiorzo, travou-se combate, sendo estes destroçados.

A vanguarda peruana, na sua fugida, entre os habitantes ordeiros da zona fez treze prisioneiros, dos quais dez foram mandados fuzilar por Carlos Scharff, tendo os outros conseguido evadir-se. Os voluntários fizeram tambem alguns entre os fugitivos, dos quais reclamou o Perú pelo fuzilamento de cinco.

Foi esta a última investida dos peruanos.

INCIDENTE DO "SÃO SALVADOR"

Durante o tempo decorrido entre a primeira e a segunda invasão, que foi de seis meses, esteve sempre em armas o batalhão de voluntários organizado sob o comando do Cel. José Ferreira de Araujo, e nesse intervalo deram-se alguns incidentes entre brasileiros, sendo o mais imporante o que ocasionou uma diligência emanada da justiça

de Floriano-Peixoto ao seringal S.-Salvador, propriedade de um sanguinário e turbulento brasileiro, a quem se atribuia grande perversidade.

Pronunciado por crime de morte naquela comarca amazonense, vivia de há muito afrontando a justiça e perturbando o sossego da região o famigerado Francisco Pereira Lima, vulgo Carirí, proprietário daquele seringal. Inimigo pessoal do Cel. José Ferreira de Araujo, cujo prestígio na zona o trazia despeitado e a quem fazia constantes ameaças de morte, Carirí mais se exacerbou contra ele, depois que os acontecimentos da fronteira peruana lhe deram ao nome uma notória e merecida evidência.

Havendo aquele denodado patriota proibido a passagem de peruanos para o contestado, afim de evitar a reprodução das correrias anteriores, serviu isto de pretexto para novas ameaças do seu sanguissedento inimigo, que logo se propôs desrespeitar essa ordem, prometendo conduzir sob sua guarda alguns que lhe procuravam a proteção.

Sabendo, porém, quanto lhe poderia custar essa temeridade ao passar pelo seringal Liberdade, acampamento do batalhão de voluntários do Cel. José Ferreira, Carirí preferiu fortificar-se em S.-Salvador e provocar diretamente aquele chefe, atraindo-o a uma luta em sua própria casa.

Coincidiu com essa sua atitude agressiva a chegada da autoridade amazonense com mandado de prisão contra ele, decretada pela justiça de Antimarí (Floriano-Peixoto).

A intimação do mandado foi repelida afrontosamente pelo criminoso, com a arrogância que lhe era peculiar, e, estimulado pela superioridade de forças em que se encontrava, Carirí deixou desautorada a autoridade executiva que, desmoralizada, procurou o valimento do Cel. José Ferreira.

Foi nessa emergência, e quando a posição assumida por Carirí se ia tornando uma permanente ameaça à população ordeira e um estorvo possivel à marcha vitoriosa da campanha contra os invasores recalcitrantes, que o bravo chefe dos voluntários, querendo guardar neutralidade em caso que afetava a justiça do Amazonas, consentiu que, dentre os seus comandados acompanhassem a diligência aqueles que a ela se quizessem voluntariamente incorporar.

É bem de ver que, dada a situação de inimizade e a suspeição patriótica em que se achava Carirí para com as vítimas dos invasores, já tão cheias de agravos pessoais e inflamadas contra a sua proteção ostensiva ao inimigo co-

mum, esse simples gesto de neutralidade do seu chefe era um como incitamento às represálias desejadas.

Na noite de 28 de Janeiro, era o S.-Salvador assaltado e, depois de renhido tiroteio de parte a parte, tomado o barracão onde se entrincheirara Carirí com os seus capangas, o qual, aproveitando-se da escuridão, se evadiu deixando alguns mortos e feridos.

Este seringal não se acha, entretanto, no departamento do Alto-Puruz, e do fato tomou conhecimento a justiça do Amazonas.

NEGOCIAÇÕES DIPLOMÁTICAS

As graves ocorrências entre brasileiros e peruanos no Alto-Juruá e Alto-Puruz, quando mal o Brasil se tinha libertado da intrincada questão boliviana, iam-nos levando à guerra com a república do Perú, se a clarividência e grande tino diplomático do Barão do Rio Branco não estivessem velando patrioticamente pelos nossos destinos. Os acontecimentos do Acre tinham dado ao nosso governo pretexto justo à concentração de forças em toda a região contestada e suas proximidades, desde a boca do Pauiní, onde estacionara o 40°. batalhão de infanteria, sob o comando do major Eduardo Silva, no Juruá, onde esteve o 15°., comandado pelo tenente coronel Cipriano Alcides, já não falando do Acre propriamente dito, onde acampavam, de há muito, diversos batalhões, a começar pela sua foz, onde ficara uma ala do 27°., até o Novo-Destino, no Alto-Puruz, onde, sob o comando do então major Olímpio Agobar, mal conseguira chegar o 33°., na sua viagem para a fronteira.

Com tais preparativos de excepcional previdência, afigurou-se de vantagem ao governo do Perú, como era o pacífico desejo do nosso, uma solução direta e amigavel, e sobretudo urgente, à nossa secular pendência.

Abertas as negociações entre as duas chancelarias a 8 de Maio de 1904, era assinado a 12 de Julho seguinte o acordo provisório do *modus vivendi* que regulou a situação de brasileiros e peruanos na zona contestada, até que, com o tratado de 8 de Setembro de 1909, ficou definitivamente liquidada, de modo honroso e amigavel, a nossa questão de fronteiras com a república peruana.

Entretanto, com a organização dos departamentos no território do Acre e a criação da comissão mixta de polícia

e administração em Catai tinha-se já modificado sensivelmente a situação do Alto-Puruz. Esta comissão só muito depois conseguiu reunir-se, tendo o commissário brasileiro, o malogrado engenheiro Dr. Euclides da Cunha, embarcado em Manaus a 4 de Abril de 1905, desacompanhado do comissário peruano, que a ela se incorporou tardiamente.

O TRATADO DE PETRÓPOLIS

O Tratado de Petrópolis, de 27 de Novembro de 1903, entre o Brasil e a Bolívia, liquidou de vez o litígio de fronteiras entre estas duas nações, deixando melhor encaminhada a solução da nossa pendência com o Perú.

Por este tratado, mandado executar pelo decreto n. 5161, de 10 de Março do ano seguinte, ficava pertencendo ao Brasil toda a região compreendida nos limites do território chamado Acre, organizado posteriormente, pelo decreto n. 5188 de 7 de Abril do mesmo ano, e dividido em três departamentos administrativos, com as denominações de Alto-Acre, Alto-Puruz e Alto-Juruá, sendo este último já em 1912, pelo decreto de reorganização n. 9.831, de 23 de Outubro, subdividido com a criação do novo departamento do Tarauacá.

Sob a dependência direta do governo federal, tiveram os departamentos a sua organização especial, dada pelo citado decreto de 7 de Abril, reformado pelo de n. 1820, de 19 de Dezembro de 1907, e, ultimamente pelo de n. 9831, de 23 de Outubro de 1912, já citado tambem.

Seriam administrados por prefeitos, nomeados pelo Presidente da República e dimissiveis *ad nutun*.

Em virtude, pois, dessa faculdade, foram nomeados e 14 de Abril de 1904, pelo governo do Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves, os primeiros prefeitos para os três departamentos criados, cabendo ao do Alto-Puruz, o ilustre militar general Dr. José de Siqueira Meneses.

PREFEITURA DO ALTO-PURUZ

O general José de Siqueira Meneses, que fora nomeado por decreto de 14 de Abril de 1904, prefeito do departamento do Alto-Puruz, só em Junho daquele ano chegou a Manaus, onde devia organizar a expedição e aparelhar-se de meios de transporte para seguir e assumir o seu cargo.

A 29 de Julho seguinte, tomou passagem no vapor «S. Luiz», de propriedade de Gomes & Pereira, de Manaus, que o devia conduzir com a sua comitiva, levando ao seu reboque o aviso acriano «Vinte e Quatro de Janeiro», posto à sua disposição.

Em sua companhia e com destino ao departamento que lhe fora confiado, trazia o ilustre militar, alem de um contingente de forças do exército, a seguinte oficialidade: capitão Dr. Adolfo Linz, servindo-lhe de secretário; alferes Vergílio Gomes de Almeida, de escrivão; 1°. tenente Carlos Lindolfo Paiz de Figueiredo, tenente Dr. Epaminondas Tebano Barreto, Capitão João de Sequeira Meneses, todos auxiliares da Prefeitura; e os civís Dr. Geraldo Barbosa Lima, promotor público; Lauro Pinheiro, acadêmico de direito, nomeado depois suplente de juiz de distrito; Otávio Muniz, tabelião público; Cândido de Sequeira Meneses, etc.

A viagem do «S.-Luiz» correu sem incidentes até a Cachoeira-do-Puruz, onde chegou no dia 10 de Agosto; daí porem, foi feita ela a bordo do aviso «Vinte-e-Quatro de Janeiro», numa época em que o rio dificilmente é navegado por pequenas lanchas até a Boca-do-Acre e, daí para cima, só por canoas e pequenos batelões.

À tenacidade assombrosa do general Sequeira Meneses, porem, deve-se o ter ele conseguido, com a numerosa comissão que o acompanhava, vencer, em navegação relativamente de grande calado todas as dificuldades da viagem, já de si penosa pela falta de acomodação e forçada promiscuidade.

Chegando à Boca-do-Acre, a 16 de Agosto, recebeu aí, do Governo, por intermédio do comandante das forças de ocupação naquele rio, ofícios em que se lhe ordenava subir o Puruz, até Catai, na fronteira peruana, afim de abrir inquérito sobre os fatos que se reproduziram em Março entre forças do Perú e brasileiros alí domiciliados.

Da foz do Acre para cima, no Puruz, a sua viagem foi uma verdadeira e heróica campanha contra os obstáculos naturais que lhe oferecia o rio: ora enormes madeiros lhe interceptando a subida, os quais eram cortados a machado ou serrados no fundo d'agua; ora a estreiteza dos canais, mal delineados, sempre mutaveis, ao sabor da corrente, formando praias e baixos que lhe fechavam a passagem. Abaixo da cachoeira do Agostinho, nas proximidades da foz do Iaco, oito dias foram necessários para abrir canal

na praia da Sardinha, fazendo a subida do "Aviso" com o auxílio de cabos e amarras; na praia do Bananal, outros três foram precisos para quebrar-lhe à marreta, as pedras que lhe fechavam o canal; dois ainda foram empregados no cortamento da célebre tronqueira que existia na antiga praia das Araras, acima do Arapixí. Pode-se afirmar que raramente o "Aviso" conseguiu navegar só com o impulso da hélice.

E com essa viagem tormentosa e memoravel, até hoje não secundada nestas paragens, conseguiu o arrojado general aportar a 22 de Setembro à boca do Caieté, com quase dois meses de navegação.

Nesse porto estava então encalhado o vapor "Cacianã", do comandante Santos, a cujo bordo, gentilmente oferecido por este, se recolheu ele com a sua comitiva.

Os dias 23 e 24 foram ocupados em exploração, em canoas, a cima da linha divisória, em busca de melhor local para a fundação da séde do Departamento.

O primeiro lugar escolhido foi o seringal S.-José, na foz do Macauã, de propriedade do Sr. Benjamin Duarte Pontes Franco, um dos mais antigos exploradores do Iaco; mas a exigência deste, quanto à indenização, julgada exorbitante, deu ganho de causa ao sítio atual, à margem esquerda do Iaco, com a vantagem de estar mais próximo à linha divisória.

O terreno escolhido era de propriedade dos herdeiros de Augusto Pontes de Aguiar, cearense que residira na confluência do Caieté; completamente inculto, em mata virgem, apenas no atual bairro do Cafezal havia uma pequena barraca com este nome, edificada em 1899, por um cunhado de Pontes de Aguiar, que alí se estabelecera com o intuito malogrado de iniciar o plantio do café, que lhe parecera de grande vantagem.

Tendo resolvido a escolha, sem mais querer demorar em explorações, que já se ia fazendo tardia a instalação do governo do Departamento, foi ela efetuada solenemente no dia 25 de Setembro, tendo lugar a cerimônia no local onde existe hoje um marco comemorativo, ao abrigo provisório de um tosco *paperí*, ligeiramente construido para esse fim.

Do ato, que foi o mais solene possivel, na sua simplicidade rústica, foi lavrada a seguinte ata, onde se encontram as assinaturas das pessôas que a ele assistiram,

das quais muitas sobrevivem ainda e habitam algumas no Departamento.

«ACTA DA INSTALAÇÃO DO GOVERNO DO DEPARTAMENTO DO ALTO PURÚS, NO TERRITORIO DO ACRE

Aos vinte e cinco dias do mez de Setembro do anno de mil novecentos e quatro, da éra christã, decimo sexto da Republica, no lugar que então foi denominado SENNA MADUREIRA, á margem esquerda do "RIO YACO", affluente da margem direita do "RIO PURÚS", a 68° 38' 58'' 5 W do GRENUIVICH, longitude e a 9° 7' 17'' de latitude SUL, presentes o Excellentíssimo Senhor General JOSÉ DE SIQUEIRA MENEZES, Prefeito do Departamento do Alto Purús, e mais pessôas que esta assignam foi installado o Governo do mesmo Departamento, com as formalidades legaes e de accordo com o Decreto do Governo Federal, sob numero cinco mil cento e oitenta e oito de sete de Abril de mil e novecentos e quatro. E para constar, o Alferes-Alumno BIAS GOMES PIMENTEL, designado pelo Excellentíssimo Senhor General, Prefeito, lavrou a presente acta, que foi pelo mesmo assignada e por todas as demais autoridades e pessôas gradas, presentes ao acto. SENNA MADUREIRA, vinte e cinco de Setembro de mil novecentos e quatro. (Assignados)

José de Siqueira Menezes, General, Prefeito do Alto Purús
João Siqueira de Menezes, Auxiliar do Prefeito
Geraldo Barbosa Lima, Promotor Publico
Capitão Dr. Adolpho Lins, Auxiliar do Prefeito
1.° Tte. Carlos Paes de Figueirêdo, Auxiliar do Prefeito
Tte. Dr. Epaminondas Thebano Barreto, Aux. do Prefeito
José da Costa Gadelha
Cândido José Mariano, Engenheiro Militar
Hermenegildo Santos
João Carlos da Silveira
Laudelino Benigno
Francisco Gonçalves Campos
Miguel Millerio de Vasconcellos
Lauro Pinheiro
Avelino de Medeiros Chaves
Dr. Eduardo de Oliveira

Antonio Simões Pereira
Edmundo Bastos de Oliveira
Antonio da Costa Gadelha
José Olympio da Rocha
Julio Montenegro
Antonio Augusto de Magalhães
João Cancio Fernandes
Tarquino de Oliveira
Manoel Cavalcante Peres Campello
Francisco de Assis Jucá
João Antonio Sanches Bregense
Francisco de Paula Sousa Catunda
Arthur Gadelha
Candido de Siqueira Menezes
José Manoel Labandeira
Abdoral Cardoso
Lourival Cavalcanti
Delfin de Sousa Oliveira
Theodomiro Leite Cavalcante
Machef Manssur
Antonio Joaquim de Castro
Salim Jacob
Eduardo Francisco Henrique Catalão
Antonio Rufino Cavalcante
Camillo Mustafa
Estevão Jacob
Alfredo Jacob
José Ayres da Silva
Jorge Cesario da Silva
Sebastião Gomes da Silva
Manoel Pires de Freitas
Francisco Xavier dos Santos
Raymundo Ferro dos Reis
José Geronymo de Barros
João Alves Rodrigues
João Anselmo Ribeiro
Avelino José de Carvalho
Anannias Gadelha
Luiza Pinheiro
Francisca Aragão
Raymunda Salles Gadelha
Umbellina Cardosa de Freitas
Regina Fernandes Gadelha

Maria Gama Bentes
Carmelita Sousa
Genesia Paulina dos Reis
Virginia Barbosa Chuche
Francisca Altina
Tte. Honorario Arthur Macieira, Enc. do 1.º Posto Fiscal
Miguel Machef Manssur
José Nakar
Miguel Sarah
Namur Ruana
Miguel Pereira de Sousa
Raymundo Nunes Ferreira
Francisco Balbino da Costa
Virgilio Gomes de Almeida, Alferes Auxiliar do Prefeito

Eu Alferes-Alumno BIAS GOMES PIMENTEL, lavrei a presente acta que assigno.

Senna Madureira, vinte e cinco de Setembro de mil e novecentos e quatro.

(Assignado) Alferes-Alumno BIAS GOMES PIMENTEL. Copiada do livro de registro numero dois, folhas numero dois. Eu JOSÉ LIBANIO FERREIRA, primeiro official da Secretaria da Prefeitura, a copiei.

Confere, JOÃO XAVIER DO REGO BARROS, 1.º Tenente Secretario.»

REGIME PREFEITURAL

Estava, pois, fundado o governo do Alto-Puruz, que, por estar compreendido na região mais abandonada do território, foi o último dos três departamentos a ser inaugurado, precedendo-lhe os do Alto-Acre e Alto-Juruá, que o foram a 25 de Agosto e 7 de Setembro, respectivamente.

Com a fundação da séde do governo departamental, começou a vida administrativa da nova circunscrição federal. O major Olímpio Agobar, que se achava no comando do 33.º batalhão de infanteria, estacionado em Novo-Destino, logo enviou um contingente de 30 praças, comandado por um alferes, que ficou na Boca-do-Caiaté, à disposição do Prefeito.

Este alferes faleceu pouco depois, já em viagem para o sul do País.

O mês de Outubro foi todo ocupado na organização

administrativa e fundação da futura capital do Departamento, à qual o general Siqueira Meneses, em homenagem à memória de um seu colega e amigo, coronel do exército, ardente propagandista da república no antigo regime, deu o nome de Sena-Madureira.

Todas as repartições funcionavam na Boca-do-Caieté, território amazonense, onde se instalou o primeiro Posto Fiscal criado com o segundo, no lugar Barcelona, à margem direita do rio Puruz, pelo decreto n. 5.206, de 30 de Abril de 1904.

Exerciam os cargos de encarregados desses postos, respectivamente, o tenente honorário do exército Artur Maciera e o Sr. Cândido de Siqueira Meneses, irmão do general.

Um dos primeiros atos do Prefeito foi a divisão do Departamento em 12 circunscrições de paz, sendo nomeados os primeiros juizes, entre eles os Srs. Antônio da Costa Gadelha, da primeira, que compreendia Sena-Madureira; Tristão da Costa Gadelha e Francisco Tomaz da Silva Vieira, do rio Caieté; João Câncio Fernandes e João Alves Vieira, do rio Iaco; Custódio Miguel dos Anjos, de Macauã e Manuel Meireles e outros do rio Puruz; além de outros, com os seus respectivos suplentes.

Para exercer o cargo de delegado auxiliar, foi nomeado o 2.º tenente, Boaventura Gonçalves de Abreu, e para o de suplente de juiz de distrito o acadêmico Lauro Pinheiro, que assumiu o exercício, em que esteve por muitos meses, sendo ainda substituido por outro suplente, o major Francisco Diniz, que exerceu o cargo até 19 de Outubro de 1906, quando se apresentou a assumí-lo o juiz efetivo, bacharel Fernando Luiz de Vieira Ferreira.

É de notar, num ligeiro parêntesis, que o primeiro juiz nomeado para esse departamento iniciasse assim as suas funções, deixando a justiça, já de si tão abandonada nesta região, à mercê de suplentes leigos por tão dilatado tempo, quando os outros funcionários, administrativos e fiscais, nomeados simultaneamente com ele, arrostando com as dificuldades da época, se apressaram, com ingentes sacrifícios, a bem corresponder à confiança do governo, assumindo os seus lugares.

Este bacharel, que foi nomeado em Abril de 1904, só em Março do ano seguinte se apresentou para assumir o exercício, regressando no mesmo vapor em que viera, 24

horas depois, sob pretexto de falta de saúde, e somente a ele voltou a 18 de Setembro de 1906!...

Quem tiver acompanhado a história da magistratura no Alto-Puruz, estudando-a com imparcialidade, não deixará de ver com mágoa, no descaso inicial desse primeiro funcionário judiciário pela sua alta judicatura, um como prognóstico fatídico do abandono que lhe vem votando, através de tantos anos, salvos raríssimas e honrosas exceções, a maioria dos seus membros, nesta região, desde o simples promotor de justiça ao mais elevado membro do Tribunal de Apelação.

Fechando o parêntesis, devo dizer que nisto vai simplesmente um ligeiro reparo, que não deve escapar à observação de quem se proponha a descrever, com verdade e sem paixões, os fatos que constituem a história do Acre.

Organizando as diversas repartições da prefeitura como era possivel em época tão anormal e a tão grande distância dos recursos que lhe faltavam, providenciava ao mesmo tempo o digno Prefeito, com uma atividade que ficou memoravel, para o desbravamento da mata onde se devia assentar a povoação, começando-o pela margem do rio e estendendo-o na direção do cafezal, onde já havia um pequeno campo quase abandonado.

Os primeiros prédios, que não passavam de barracas ligeiras, iam sendo edificados isoladamente em lugares concedidos à escolha dos pretendentes; no lugar onde é hoje a cadeia pública foi construida a primeira, inaugurada a 30 de Dezembro de 1905, e onde funcionou por muito tempo o Primeiro Posto Fiscal; na atual rua Amazonas, marginando o Iaco, onde hoje existe a "Farmácia Popular", uma de propriedade do Dr. .Geraldo Barbosa Lima e outra pertencente ao Sr. José Atanásio Rebouças; na atual rua Puruz, que é uma das mais habitadas e talvez a de maior importância pela sua extensão e beleza, onde se encontra a "Barbearia Elegante", uma outra do Sr. Manuel Pires de Freitas, e assim outras, que depois se lhes foram seguindo.

A derriba das matas fazia-se aceleradamente, mas na sua maior extensão foi feita já posteriormente, na administração interina do engenheiro militar capitão Epaminondas Tebano Barreto.

INQUÉRITO PERUANO

Já estando todo o serviço em via de organização, a S

de Novembro, o general Sequeira Meneses, em obediência às ordens recebidas do governo federal e levando comsigo o expediente da prefeitura, seguiu a bordo do aviso «Vinte-e-Quatro de Janeiro», sob o comando de Edmundo Bastos de Oliveira, em demanda da fronteira peruana, onde devia abrir inquérito sobre os fatos alí ocorridos. Em sua companhia levava o capitão Dr. Adolfo Linz, seu secretário, e o alferes Vergílio Gomes de Almeida, servindo-lhe de escrivão, alem de outros.

Ao partir de Manaus, trazia o ilustre general o espírito grandemente prevenido contra o Cel. José Ferreira de Araujo, a quem a política amazonense, apoiando importante firma comercial de Manaus, interessada a favor do famigerado Francisco Pereira Lima, que lhe era devedor, imputava a responsabilidade do incidente peruano e do assalto do seringal S.-Salvador, no território do Amazonas.

Concorrera, sobretudo, para essa injusta prevenção, uma conferência que tivera o general com o consul peruano em Manaus na qual, procurando, certamente, minorar a responsabilidade de seus compatriotas nas bárbaras atrocidades praticadas contra brasileiros no Alto-Puruz, acusava o digno Cel. de havê-las provocado com perseguições e tropelias sanguinárias.

Acresce que as informações que lhe iam sendo ministradas na sua passagem pelas imediações do seringal S.-Salvador e nos limites do Amazonas, alem de contraditórias, eram filhas, muitas vezes, do terror que por ali incutira o célebre Carirí, inimigo façanhudo do valoroso brasileiro, cuja ação patriótica na fronteira, deturpada pela covardia invejosa dos que o não tinham acompanhado, repercutira naquele meio como um ato de prepotência, acendendo despeitos e rivalidades.

O rio, ainda seco, tornava-lhe a viagem mais penosa à proporção que o ia subindo; na praia do Bananal, acima da foz do Iaco, teve o aviso de esperar agua por mais de um dia, que já começavam os primeiros repiquetes, e mais a montante, no furo do Tocantinz, já próximo do seringal Liberdade, demoron-se dois, pelo mesmo motivo de falta d'agua.

Ao transpor os limites do Território com o estado do Amazonas, aportava o general em todos os barracões, tratando do recenseamento da população e informando-se dos

proprietários sobre os fatos que faziam o objeto de sua comissão.

Nessas estadias, naquele centro mais ou menos hostil à ação do nosso compatriota, as informações que o general ia colhendo aumentavam-lhe a irritação de ânimo em que se encontrava, com as dificuldades que o impediam de dar pronto cumprimento à sua desagradavel missão.

Ao passar, pois, pelo seringal Liberdade, que fora o centro de resistência donde partiram os patriotas contra os invasores peruanos, e onde era esperado com mostras de regozijo pelo seu proprietário e grande número de pessoas do seu batalhão de voluntários, infligiu-lhe o general Sequeira de Meneses a decepção de passar ao largo, sem corresponder às saudações que lhe eram dirigidas, numa muda manifestação de hostilidade.

Ao chegar, porem, ao Novo-Destino, onde se achava o batalhão do major Agobar, no dia 17, com 9 dias de navegação dificílima, aí já encontrou algumas das vítimas dos peruanos, e com os seus depoimentos, onde a verdade se foi esclarecendo, começou a modificar a sua opinião; aí descançou três dias, dando começo ao inquérito e ao serviço de recenseamento já iniciado; desde os limites do Departamento, aportava ele em todos os barracões, distribuindo, como já ficou dito, mapas censitários com as instruções para esse fim.

Dos depoimentos colhidos, a verdade dos fatos se foi impondo numa evidência insofismavel; algumas das vítimas, ainda sofrendo as consequências das barbaridades peruanas, apresentavam-se ao general, entre elas a própria viúva D. Aurora e sua filha Benedita, menor, que foram, esta, estuprada, e, aquela, violentada pelos miseraveis, no assalto da boca do Chandless.

À proporção que subira, já levando um contingente de 60 praças do batalhão 33.°, mais clara se lhe tornava a responsabilidade de Carlos Scharff e da comissão peruana em todo esse incidente vergonhoso.

Ao chegar a S.-Braz, aí encontrou refugiado um dos três prisioneiros que, dentre os treze feitos por Scharff, conseguiram fugir à sorte dos companheiros, que foram fuzilados.

Na boca do Chandless não havia passagem possivel para o "Aviso" subir o afluente, e, como desejasse conhecê-lo, tripulou uma canoa com seis remadores, e nela seguiu

por ele acima, regressando dois dias após, por ser impossível prosseguir viagem.

Retomando o "Aviso", continuou subindo o Purus, encontrando-o deserto: todos os seringais abandonados e em tudo os vestígios ainda palpitantes das correrias sanguinárias e destruidoras dos peruanos que por alí ainda transitavam.

Antes de enfrentar o Funil, que fora o cenário da maior perversidade, deparou-se-lhe pela manhã uma ubá tripulada por peruanos, que, ao pressentirem a sua aproximação, fugiram para terra, internando-se pela mata; alguns deles foram capturados, entre os quais o guarda-livros de Carlos Scharff.

Submetidos a rigoroso inquérito, foram unânimes na acusação que faziam ao sanguinário caucheiro, a quem imputavam diversos crimes de roubo, defloramento e assassinato, praticados contra brasileiros e peruanos.

A indignação contra tão pernicioso malfeitor acentuou-se ainda mais no espírito do general, que, desde Novo-Destino, trazia já o propósito de efetuar-lhe a prisão.

Infelizmente, porem, na praia do Oriente, antes de alcançar Catai, onde ele se achava com o seu pessoal, o "Aviso" perdeu a esfera do eixo, sendo obrigado a regressar, à mercê da exigua corrente, com o auxílio dos parcos recursos de bordo.

O espetáculo que presenciou naquela região abandonada — seringais deshabitados e propriedades deterioradas, enfim o desolamento que a envolvia — deu ao ilustre prefeito a visão nítida de tudo o que por alí se passara com a invasão peruana, e do verdadeiro valor da ação heróica e desinteressada de generosidade e patriotismo de que foi protagonista principal o Cel. José Ferreira de Araujo.

De volta, pois, de sua excursão, completamente modificado no seu juizo a respeito do nobre proceder deste valoroso cidadão, aportou ao Liberdade, onde o digno brasileiro o recebeu sem ressentimentos, promovendo-lhe a mais significativa manifestação de júbilo e acatamento respeitoso.

Convencido, a final, pelos últimos depoimentos alí recebidos, fez-lhe o ilustre general as mais honrosas referências, que foram como uma solene reparação aos dissabores que lhe causara com o seu austero proceder, e, com um dia de demora, tendo dele recebido todo o armamento enviado

pelo general Olímpio da Silveira e o que fora por ele tomado aos peruanos, fez-se de viagem.

A despedida foi a mais amistosa possivel, deixando no ânimo do velho e denodado cearense a satisfação de ver assim devidamente apreciado pelo emissário do governo de sua pátria os sentimentos de patriotismo que lhe ditaram a ação vitoriosa contra a invasão estrangeira.

Chegando em fins de Novembro a Sena-Madureira, reassumiu o seu posto na prefeitura e a 11 de Janeiro do ano seguinte, por motivo de moléstia, passou o exercício do cargo ao major Olímpio Agobar de Oliveira, que era o oficial mais graduado no Departamento, seguindo logo após para o Rio-de-Janeiro.

Sempre escrupuloso no cumprimento de seus deveres e na gerência dos dinheiros públicos, tendo feito notavel economia durante a sua administração, levou o seu rigorismo ao excesso de reconduzir para Manaus, a fim de recolher à Delegacia Fiscal, o saldo da verba que lhe fora entregue para a organização do Departamento, deixando o seu substituto na crítica situação de não ter com que ocorrer às despesas mais urgentes.

A ação do general José de Sequeira Menezes no Alto-Puruz foi das mais profícuas; concluiu o inquérito do incidente peruano, orientando o governo federal para a liquidação final da pendência com a república do Perú; iniciou o recenseamento da população do Departamento, que, parece, não foi concluido, sobrevindo-lhe o que se efetuou por determinação de 30 de Setembro de 1905, que lhe deu uma população de 10.852 habitantes; e lançou os fundamentos de Sena-Madureira, a florescente cidade que é sem dúvida a mais importante capital do Território.

Durante os acontecimentos acima narrados, estivera nesta região, exercendo a profissão de agrimensor, o engenheiro militar capitão Cândido José Mariano, que foi depois, por indicação do seu predecessor, a quem se tornara simpático, o segundo prefeito efetivo nomeado.

INTERINIDADES MILITARES

A administração do Major Olímpio Agobar resumiu-se ao simples comando da força existente e à guarda do expediente deixado pelo general Sequeira de Meneses; dela não aparece ato algum que forneça elementos para um estudo

do que, porventura, tenha feito em benefício da zona; foi tambem de curta duração a sua demora no cargo, que exerceu sem meios pecuniários para ocorrer às despesas mais necessárias à marcha dos serviços iniciados pelo seu antecessor. Sucedeu-lhe a 21 de Fevereiro o capitão Dr. Adolfo Linz, pela mesma razão de ser o oficial mais graduado, e manteve-se no cargo até a chegada do novo prefeito nomeado, a 19 de Junho de 1905.

Este, porem, não lutou com a absoluta falta de recursos em que ficara o seu antecessor; vê-se do primeiro relatório do Dr. Cândido Mariano, página 38, que, em Março, lhe fôra adiantado pela Delegacia Fiscal a quantia de trinta contos de réis, por conta da verba da prefeitura.

Nada de notavel, entretanto, aparece na história do Alto-Puruz, nesse interrégno de seis meses. Todos os funcionários continuavam residindo na povoação do Caiaté, mal se efetuando na sede do Departamento as cerimônias e audiências civís e judiciárias.

É isto, pelo menos, o que diz o Dr. Cândido José Mariano, à página 34 do seu segundo relatório, relativo ao ano de 1908, como se vê abaixo:

«No inicio da minha administração, a 19 de Junho de 1905, a actual cidade de "Senna Madureira" compunha-se de uma modestissima barraca coberta de palha, aberta a todos os ventos e cuja construção demandava apenas duas horas de trabalho, situada numa pequena clareira aberta na matta virgem, à beira do rio Yaco, e em a qual, a 25 de de setembro de 1904, o Exmo. sr. general dr. José de Siqueira Meneses, primeiro Prefeito deste Departamento, inaugurára o regimen federal, determinado pela annexação do Territorio do Acre ao Brazil.

«Nessa tosca construção, de quatro metros de frente por quatro de fundos, sobre uma mesa feita as pressas, eram ali procedidas por falta de melhor local, as cerimonias do casamento civil e audiencias das autoridades judiciarias, que não podiam ser effectuadas no lugar proximo, "Cayaté", situado no Estado do Amazonas, e no qual residiam provisoriamente as autoridades do Departamento.»

Foram, por tanto, seis meses de estagnação, em que a vida da nova circunscrição federal se fez na povoação do Caiaté, território amazonense, que estava destinado, por isso mesmo, a exercer, por longo tempo, a sua influência política e social nos destinos do Alto-Puruz e que tem

sido o maior entrave à ordem e à paz, senão ao progresso, do Departamento.

Com a nomeação do Dr. Cândido José Mariano, à 13 de Março de 1905 e sua posse a 19 de Junho do mesmo ano, como prefeito, inaugurou-se efetivamente a administração do Departamento do Alto-Puruz.

No seu relatório, apresentado ao Dr. José Joaquim Seabra, então Ministro da Justiça e Negócios Interiores, a 5 de Abril de 1906, publicado em alentado folheto de 86 páginas, ele relata, minuciosamente, o seu primeiro ano de gestão e toda a vida social e administrativa da circunscrição que lhe foi confiada; é um documento importante, onde se pode colher elementos preciosos para a história do Departamento.

Outro relatório, de 30 de Janeiro de 1909, referente ao ano de 1908, já dirigido ao Dr. Augusto Tavares de Lyra, sucessor daquele, na mesma pasta, acompanhado de anexos e mapas diversos, é tambem um valioso subsídio para quem se proponha escrever a história do departamento na sua segunda faze.

Força é confessar, porem, que, sendo seu secretário o Dr. Samuel Barreira, que mais que ele esteve no exercício do cargo, na qualidade de primeiro Sub-prefeito, deve-se a este, à sua orientação e operosidade, quasi tudo o que se fez, especialmente no interregno de 20 de Abril de 1909, quando passou o exercício, a 20 de Março do ano seguinte, quando o reassumiu para efeito de engendrar documentos para a prestação de contas na Delegacia Fiscal de Manaus.

Desavindo com o seu secretário e substituto legal, que lhe não apoiava os desmandos e deshonestidades, moveu-lhe o Dr. Cândido José Mariano tenaz campanha difamatória pela imprensa do Rio-de-Janeiro, dando pretexto assim à acintosa demissão que lhe foi imposta a 3 de Dezembro do mesmo ano de 1910.

Para perfeito conhecimento do que foi realmente a administração do Dr. Cândido José Mariano no Departamento do Alto-Puruz, e da injustiça desse ato do governo federal, é mistér que se conheça o folheto que, em sua defesa, publicou o Dr. Samuel Barreira, sob título "Factos e

Algarismos" (subsidio para a Biografia de um consumado mystificador) em 1913, em Fortaleza, em resposta às acusações que lhe fizera o seu ferrenho inimigo. Esta defesa, escrita e publicada tambem na imprensa do Rio em Outubro de 1911, como se colige do mesmo folheto, teve grande repercussão, e é o mais tremendo libelo, fartamente documentado, que se tem escrito e publicado contra a honestidade de um administrador. Termina com a transcrição da seguinte notícia, publicada no jornal «BRASIL ACREANO», de Sena-Madureira, capital do Departamento:

«DR. SAMUEL BARREIRA

Por telegrama particular dirigido a amigos seus nesta cidade, sabemos que o nosso illustre amigo Dr. Samuel Barreira acha-se actualmente em commissão na Capital Federal, commandando uma bateria em S. Christovão e não no Ceará, como o dissemos em nosso numero passado.

O distincto militar, que é um devotado batalhador da causa do Purús, trabalha tenazmente junto ao Governo na defeza dos nossos interesses, sendo certo que de seus esforços, grandes beneficios chegarão até nós, avivando com luz bemfazeja a propositai penumbra em que se têm envolvido as cousas do Purús.

Poucos como elle, a quem podemos chamar o fundador do Alto Purús, terão passado nesta terra com esse intenso fervor de sympathias que cerca o seu honrado nome e tambem muito poucos terão dedicado maiores serviços e cuidados á terra que elle tão dignamente administrou.

Agora mesmo, longe daqui, de onde o arrancaram as mais infames imputações, elle trabalha, trabalha denodadamente para que a sua obra não seja de um dia, mas duradoura e fecunda.

Enfrentando adversarios terriveis, a sua coragem nunca desmereceu a sua educação republicana e no circulo onde hoje se fecham as suas aspirações, a felicidade do Alto Purús tornou-se-lhe um culto fervente, uma fé, uma religião".

Quando, com isenção de ânimo, for escrita a verdadeira história do Departamento do Alto-Puruz, ver-se-á, então, a grandeza da obra material e moral desse administrador sereno, honesto e operoso, que foi o Dr. Samuel Barreira.

Não é empreza para a atualidade.